

**MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA:
UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS COMITÉS DE ÁGUA,
SEUS (IN)SUCESSOS E SUA SUSTENTABILIDADE FUTURA
(FEV-MAR 2013)**



Um relatório elaborado por:
Mariana Matoso (University of Nottingham - UK)
Com o apoio do Programa de Água e Saneamento – DW Angola
(Cupi Baptista, Lucamba Capembe, Adão Adriano, Leonardo Samunga)

Nomes dos colaboradores:

Cupi Baptista	Coordenador da Pesquisa
Mariana Matoso	Consultora da Pesquisa e autora do relatório final
Lucamba Capembe	Coordenador do Trabalho de Campo
Tavares	Apoio no trabalho de campo
Cosme Caiamba	Estagiário e Inquiridor (recolha de dados no campo)
Celsina Fortunato	Estagiário e Inquiridor (recolha de dados no campo)
Zaco Kuanda	Estagiário e Inquiridor (recolha de dados no campo e tratamento de dados relevantes aos consumidores e zeladores)
Henriques Ribeiro	Oficial de GIS (Produção de mapas)
Paul Robson	Apoio ao nível de informação
Adão Adriano	Apoio ao nível de informação/Relatório final
Leonardo Samunga	Apoio ao nível de informação/Relatório final

Agradecimentos :

ACA Associação Renascer (Hoji-ya-Henda Sector 9 e 10)
ACA Associação Comunitária Água é Vida (Hoji-ya-Henda Sector 13 e 14)
ACA Associação Esperança Viva Nascente (Kikolo – Augusto Ngula)
ACA Associação Fonte da Vida (Kikolo – Combustível)
ACA Associação Comunitária 4 de Abril (Kikolo – Comandante Bula)
ACA Comités de Água para o Progresso Comunitário (Sambizanga – Ngola Kiluanje)
ACA Associação de Moradores de Gestão Comunitária (Viana II – Moxico)

ÍNDICE

1. OBJECTIVO E METODOLOGIA DO ESTUDO	4
2. O ACESSO Á ÁGUA EM LUANDA	5
3. MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA – NA TEORIA	7
3.1. Génese das Associações Comunitárias de Água	8
3.2. Características das ACAs	9
3.2.1. Objectivos e Estruturas	9
3.2.2. Princípios	10
3.2.3. Modelo de gestão de fundos	11
4. MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA – NA PRÁTICA	13
4.1. Evolução do número de ACAs	14
4.2. Zeladores	15
4.3. Perfil Geral das ACAs estudadas	17
4.3.1. N.º de afiliados	18
4.3.2. Missão das ACAs	19
4.3.3. Reconhecimento Institucional	19
4.3.4. Principais Actividades	20
4.3.5. Maiores Desafios	20
4.3.6. Estratégia para o futuro	21
4.3.7. Relações Institucionais com outras Entidades	21
4.3.8. Chafarizes e Zeladores	22
4.3.9. Modelo de Gestão Financeira	23
4.3.10. Conclusões	27
5. SUSTENTABILIDADE FUTURA – POSSÍVEIS SOLUÇÕES	29
5.1. Reinforço das Infra-estruturas de Água	30
5.2. Construção de Quiosques de Água	30
5.3. ACA como Instituto de Formação	31
5.4. Recolha de lixo	31
ANEXOS	33
Anexo 1: Perfil das ACAs Entrevistas (versão completa)	34
Anexo 2: Perfil dos Zeladores (versão completa)	56
Anexo 3: Questionário das ACAs	57
Anexo 4: Questionário dos Zeladores	60
Anexo 5: Questionário dos Consumidores	61
Bibliografia	62

1. OBJECTIVO E METODOLOGIA DO ESTUDO

O seguinte relatório tem como objectivo principal avaliar a performance, continuidade e sustentabilidade futura das Associações de Comités de Água que se encontram presentemente em funcionamento nas àras peri-urbanas de Luanda e cuja origem deriva de uma colaboração estrita com a Development Workshop Angola desde 2002.

O estudo deriva de uma pesquisa efectuada durante um mês, durante o qual se procurou obter informação no âmbito dos seguintes objectivos: i) Documentar a história e evolução das ACAs; ii) Diagnosticar o estado corrente das ACAs e avaliar o impacto deste modelo ao nível de envolvimento comunitário; iii) Analisar de que forma o modelo de gestão comunitária de água está a ser replicado e se expandindo por Luanda; e iv) Avaliar o modelo de sustentabilidade económica das ACAs. Para melhor se captar a realidade em cada um desses tópicos, utilizou-se a seguinte metodologia: entrevistas semi-abertas aos órgãos de Direcção de 7 das 17 Associações activas em Luanda (previamente seleccionadas de acordo com o critério de longevidade e sediadas no Cazenga, Cacuaco, Sambizanga e Viana), questionários a 7 zeladores de chafarizes e entrevistas informais a 22 consumidores. No âmbito do estudo, também se procedeu ao recolhimento de informação secundária (relatórios, legislação, artigos científicos, jornais e outra documentação) e a entrevistas semi-abertas com autoridades locais, consultores independentes e membros da DW.

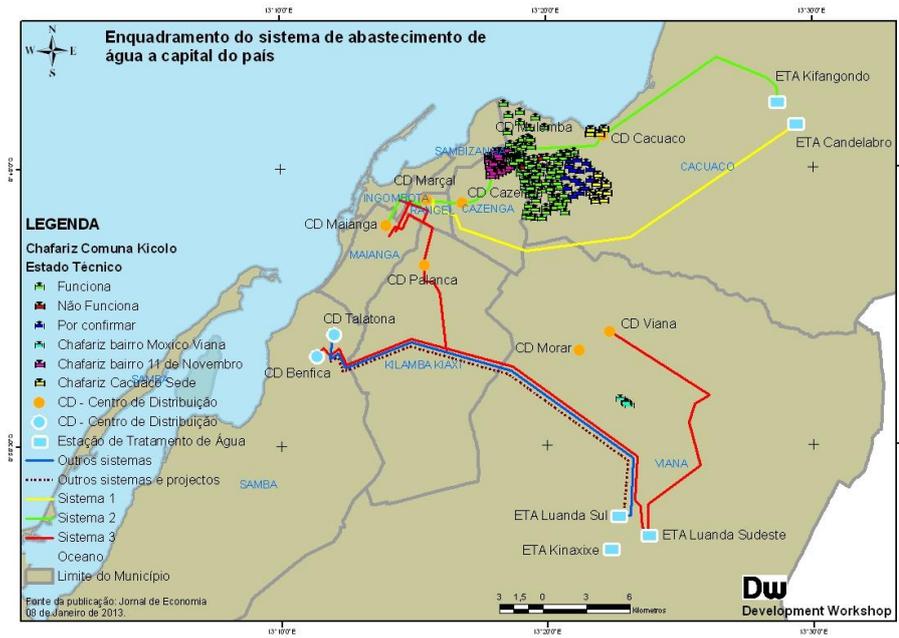
2. O ACESSO À ÁGUA EM LUANDA

À semelhança de outras grandes metrópoles da África Subsariana, Luanda é no século XXI uma cidade em constante metamorfose: um espaço urbano cujas fronteiras se espraiam por um raio de 20 a 30 kms, num movimento de expansão incessante e incontrolável, mergulhada num ritmo acelerado e errático de reorganização e melhoramento das suas infraestruturas básicas e sociais. Com uma população estimada em 6 milhões de habitantes, a cidade continua a representar um oásis de oportunidades à custa do esvaziamento do meio rural de um país agora em franco desenvolvimento.

Com um crescimento populacional acelerado e a destruição provocada pelo conflito interno, um dos maiores problemas que afecta a capital desde a Independência é ainda o da falta de serviços básicos, em especial o do fraco abastecimento de água. A infra-estrutura actual é ainda em grande parte a mesma que havia sido construída no tempo colonial e cujo objectivo era o de abastecer 500,000 habitantes. Por essa razão, por toda a cidade são ainda visíveis os sinais de um sistema de abastecimento de água generalizadamente precário e em franca deteriorização (ligações canalizadas sujeitas a cortes de águas constantes e prolongados, abastecimento irregular, qualidade duvidosa, infra-estrutura degradada, rupturas constantes na tubagem, etc). Contudo, a situação torna-se visivelmente pior nos bairros peri-urbanos e mais periféricos. Nestas áreas, onde se estima que 75% dos Luandeses tenham residência (Homeless International, 2013) as ligações domiciliárias ainda não são uma realidade pelo que os chafarizes e o abastecimento através de camiões cisternas sejam as alternativas mais comuns. Ainda que a grande maioria das condutas que abastecem a *baixa* de Luanda (ou 'cidade cimento') rompam o terreno subterrâneo destas zonas residenciais (figura 1), a verdade é que o fluxo de água corre apenas numa direcção e as torneiras nestas áreas continuam secas. Esta realidade é ainda mais preocupante se se tiver em conta o consumo diário de água per capita nas diferentes zonas de Luanda: enquanto que nas zonas mais pobres se estima que o consumo seja de apenas 3 litros de água por dia, nas áreas mais privilegiadas os habitantes consomem 26 vezes mais esse valor – atingindo os 80 litros de água por dia (World Bank, 2008). Outro dado estatístico que ressalva uma tendência negativa e preocupante, é que entre 2005 e 2009 o consumo de água per capita na capital diminuiu de 75 para 56 litros/dia (World Bank, 2012) revelando que esta é uma área onde ainda há muito caminho a percorrer.

É no seguimento de tentar melhorar esta realidade que a DW tem vindo a desenvolver os seus programas no âmbito de água e saneamento em Luanda. Sendo que até 2002 a abordagem tinha sido uma de provisão directa de serviços e criação de condições para que as populações tivessem acesso à água no meio peri-urbano e rural; com o estabelecimento da paz a abordagem alterou-se, focando-se agora muito mais em aspectos institucionais (política de preços, regulação, provedores de serviços e outras instituições) e no estabelecimento de possíveis modelos de gestão. É neste contexto que o modelo de gestão comunitário de água volta a adquirir um papel central na política de águas urbanas e se assiste a uma promoção e desenvolvimento das capacidades da comunidade e de parcerias institucionais.

Figura 1 Sistema de Abastecimento de Luanda



Fonte: GIS – DW

3. MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA – NA TEORIA

O modelo comunitário de gestão de água é uma iniciativa que tem vindo a ser amadurecida e consolidada desde finais das décadas de 90, mas cujas características derivaram das precariedades vividas em Luanda entre o início da Independência e a evolução da luta armada que se seguiu.

Entre 1975 e 1990, a principal fonte de água nos bairros mais periféricos da cidade eram chafarizes, sistemas de irrigação de hortas e rede pública em alguns domicílios. Apesar da cidade ter herdado várias infra-estruturas da Administração Colonial, a verdade é que durante este período não existiram quaisquer iniciativas que promovessem a manutenção e reparação desses sistemas ou se focassem na expansão e adaptação da rede a uma cidade em franco crescimento. Desta forma, durante toda a década de 1990, e principalmente depois do reacender da guerra em 1992, o cenário vigente era um de ampla e rápida degradação das infraestruturas de água por falta de manutenção e vandalismo, o que, conseqüentemente, levou à paragem do funcionamento da maioria desses sistemas e a uma célere degradação do provisionamento de serviços básicos à população. Uma vez que a maioria dos chafarizes nesta altura eram geridos pela administração local (representada pela Comissão de Moradores) isto implicava também que interesses pessoais entrassem em jogo fazendo com que os preços cobrados por água variassem consoante as ligações interpessoais existentes entre alguns dos habitantes e o responsável pelo chafariz. Este arranjo também chegava a comprometer a própria operacionalidade do chafariz uma vez que nem sempre estava aberto ou quando havia uma avaria poderiam passar-se meses até que esta fosse concertada.

Foi com perspectiva a mitigar esta situação que desde 1992 a DW tinha vindo a procurar consolidar uma estreita parceria com a EPAL com o objectivo de melhorar o funcionamento e a capacidade técnica da empresa (DW, 2011), bem como de apostar na provisão de infra-estrutura à periferia sob a forma de chafarizes.¹ Contudo, os problemas de falta de manutenção mantiveram-se e assim, para melhor perceber as origens e profundidade do problema, a DW levou a cabo o 1º Projecto de Água e Saneamento (Projecto Sambizanga) em 1994. De acordo com os resultados, foi possível observar que um dos principais obstáculos à manutenção destas infraestruturas se devia: por um lado à incapacidade organizativa da própria EPAL para dar resposta à demanda, para fazer um planeamento integrado, recuperar os seus custos e reinvestir na expansão e recuperação da infra-estrutura delapidada; e por outro, à inexistência de mecanismos de organização e gestão com capacidade suficiente para monitorizar estas estruturas (quer via uma administração local ou proveniente directamente da comunidade).

Assim em 1996, a DW em colaboração com a EPAL e o Município de Rangel, decidiram implementar um projecto piloto no qual se testava a viabilidade de introduzir um novo modelo de gestão de água que involvesse directamente membros da comunidade para assegurar a preservação e o cuidado das fontes públicas de água em zonas onde a capacidade da EPAL fosse reduzida (DW, 2011). Neste modelo, apenas se falava ainda só em Comités de Águas ou Grupos de Gestão de Água, eleitos democraticamente e responsáveis por um chafariz cada. Após uma experiência positiva, a DW (com apoio dos seus parceiros CARE, One World Action, Save the Children and DFID) procurou consolidar

¹ Entre 1992 e 1997, a DW em conjunto com a EPAL, construiu 150 chafarizes em 5 das 7 municipalidades de Luanda (Kirkwood, 1997).

este modelo apresentando-o como parte central da componente de água e saneamento do LUPP (Programa da Luta Contra a Pobreza Urbana). Contudo, durante a primeira fase lançada em 1999, o focus deste programa centrou-se na reabilitação e construção de infra-estruturas e assim sendo, só em 2002, durante a fase II, se viria a assistir a uma consolidação do modelo currentemente utilizado nas zonas peri-urbanas de Luanda: o das Associações Comunitárias de Água.

3.1. GÉNESE DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE ÁGUA (ACAS)

Como se pode ver nos parágrafos anteriores, o modelo de gestão que é presentemente utilizado deriva assim de um processo de experimentação durante o qual a DW (em conjunto com a comunidade, EPAL e Autoridade Local) foi incorporando e adaptando as expectativas/necessidades de cada um desses agentes à realidade do provisionamento de serviços básicos existente.

Assim, durante o primeiro projecto piloto de 1996 e até 2002, após a construção dos chafarizes a comunidade era chamada a constituir um comité de água formado por dois “zeladores” (pessoas que guardam e cuidam da manutenção dos chafarizes e que são responsáveis pela colheita dos pagamentos de água) (DW, 2011). Estes comités geralmente formavam-se mais ou menos de forma orgânica durante o processo de construção de chafarizes, sendo que os membros da comunidade que acompanhavam esse processo acabavam tornando-se elegíveis para fazer parte do comité. Quando o chafariz fosse totalmente construído, a Comissão dos Moradores escolheria então quem seriam os membros do comité de água (ibid). A principal responsabilidade deste comité era a de gerir as actividades diárias dos chafarizes (assegurar limpeza, organizar as filas de usuários e fazer a cobrança). Para além disso os comités tinham também que: i) garantir que a infraestrutura do chafariz era mantida, ii) fazer um registo do fluxo diário de água, iii) aconselhar os residentes sobre métodos de tratamento para evitar doenças transmitidas pela água, e iv) recolher os lucros que depois tinham que ir entregar à sede de EPAL no centro da cidade. No âmbito deste modelo, os lucros gerados pela venda de água eram divididos entre a EPAL (cerca de 40% que dizia respeito ao pagamento pela água utilizada) e o Comité de Água (60% para pagar um salário *simbólico* aos zeladores e financiar a manutenção da infra-estrutura). Para além de aumentar e melhorar o acesso à água nos bairros peri-urbanos, a introdução deste modelo de gestão comunitária veio também provar que mesmo a percentagem de população mais pobre tinha intento de, voluntariamente, pagar pelo uso de água que consumia – se isso representasse um melhoramento significativo no nível de provisão do serviço em geral (DW, 1999; DW, 2008). Por outro lado, o modelo também pretendia demonstrar à própria EPAL que a comunidade nestes bairros mais desprovidos estava sensibilizada para proteger a infraestrutura pois essa responsabilidade, nesta estrutura institucional, era primariamente dos seus habitantes. Contudo, este modelo piloto trouxe à tona algumas vicissitudes. Apesar do papel social que tinha sido incutido nestes Comités, e da sua contribuição na provisão de um bem essencial, da essência destas estruturas brotavam querelas pessoais constantes provocadas por interesses exclusivamente individuais dos próprios zeladores. Estes apropriavam-se muitas vezes, inadequadamente, dos fundos ou monopolizavam a gestão diária dos chafarizes (por exemplo, não abrindo a tempo e horas, cobrando mais por bidon do que o preço estabelecido, concedendo acesso preferencial às pessoas do seu círculo pessoal, etc.). Desta forma a sua capacidade de colaboração, intervenção e zelamento pelos interesses comunitários ficava muitíssimo comprometida – os residentes deixavam de confiar nos zeladores pois a sua interacção era dominada por um carácter extorsivo. Para além do mais, este descartamento, pareceu advir também do facto

de que os Comités de Água não eram alvo de um reconhecimento institucional por parte da administração local e por isso não tinham que prestar contas a qualquer outro órgão que protegesse os interesses dos consumidores/cidadãos/residentes dos bairros.

Desta forma, em 2002 e com a introdução da fase II do LUPP, o modelo de gestão comunitária sofre uma nova alteração onde se passou a promover o afiliação e agregação destes comités de água em organizações de base com estrutura democrática e potencialidade para reconhecimento legal: as Associações de Comités de Água. Esta estrutura, regida pela lei nº14/91 de 11 de Maio, pretendia inserir um mecanismo de mitigação capaz de cortar pela raiz a má gestão que proliferava nos Comités de Água. Assim, ao garantir que estes se agrupavam e tinham que responder às ACAs, o modelo procurava melhorar a defesa dos consumidores. Para além do mais, também pretendia conferir aos habitantes da periferia uma maior participação na vida política e social do seu bairro, comuna e município, permitindo-lhes também uma maior capacitação ao nível dos seus direitos e obrigações perante a formação (embrionária) de um estado democrático. Tal estrutura organizativa conferia aos seus membros uma maior capacidade negocial perante as autoridades comunais, municipais e a empresa pública das águas, uma vez que passaram a ser reconhecidos como entidades chave em questões relativas ao abastecimento de água e provisão de outros serviços comunitários. A ACA passou assim a ser uma plataforma e canal aberto de discussão directa entre o Estado e a Comunidade, com capacidade para influenciar e promover a adopção de políticas e práticas de engajamento em Angola, particularmente em Luanda, a favor dos mais pobres. Tais práticas, repercutidas desde 2002, reflectem-se agora no alcance que a acção difusora das ACAs tem vindo a ter em outras áreas para além do fornecimento de serviços básicos: questões transversais de oportunidades de género, promoção de pequenos negócios com respaldo na sustentabilidade dos projectos e maior protecção das infra-estruturas e aumento do diálogo entre os agentes comunitários e as autoridades locais em prol de maiores e melhores serviços públicos.

É assim, neste contexto, que nasce a primeira ACA denominada *Associação Comités de Água para o Progresso Comunitário*. Fundada em Dezembro de 2002, no bairro Ngola Kiluanje município de Sambizanga, continua ainda em funcionamento e é até hoje um baluarte deste modelo de gestão.

3.2. CARACTERÍSTICAS DAS ACAS

3.2.1. OBJECTIVOS E ESTRUTURA

De acordo com os seus estatutos, inicialmente elaborados pela DW, estas Associações são apartidárias e sem fins lucrativos, regendo-se pelos seguintes princípios: responsabilidade, certeza, trabalho, solidariedade, frontalidade, justiça, dinamismo, assiduidade, transparência e prestação de contas, resolução pacífica de conflitos e igualdade entre os sócios.

O objectivo principal destas organizações é o de contribuir para o reforço da promoção e desenvolvimento da comunidade em articulação com os vários actores sociais, Governo Local, Comissão de Moradores e instituições provedoras de serviços. Assim sendo, o plano de acção das ACAs é o de:

- A. Manter continuamente a manutenção dos sistemas de abastecimento de água através dos chafarizes;

- B. Proteger e conservar as infra-estruturas dos chafarizes;
- C. Verificar o funcionamento dos chafarizes diariamente, registando e resolvendo todas as reclamações dos consumidores;
- D. Controlar todas as transacções relativas à gestão e manutenção dos chafarizes;
- E. Acompanhar o fornecimento de água aos munícipes dentro do período de funcionamento;
- F. Apoiar as iniciativas comunitárias sobre saneamento básico, preservação e conservação do ambiente;
- G. Intervir com acções formativas, de sensibilização e acompanhamento às populações locais para a observância dos Cuidados Primários de Saúde.

No geral, as ACAs são compostas por uma Assembleia Geral (composta por todos os zeladores que constituem os comités de água) uma Direcção e um Conselho Fiscal. As ACAs são constituídas por 10 membros eleitos (a partir de um processo democrático com uso do voto secreto da comunidade em geral), pelos membros dos Comités de Água e das Comissões de Moradores, por um mandato de dois anos. No processo eleitoral são considerados como observadores, as entidades como DW, Administração Municipal, Igrejas, e EPAL.

Por sua vez, os membros do Comité de Água são eleitos/indicados por consenso num encontro alargado, obedecendo os critérios: 1. Disponibilidade, 2. Interesse, 3. Residência na zona e 4. Ser conhecido. O Comité é constituído de 1 zelador e 1 tesoureiro, cuja responsabilidade envolve a limpeza, o atendimento e a prestação de conta dos serviços de água e saneamento á comunidade e ACA local.

3.2.2. **PRINCÍPIOS**

Este modelo de gestão comunitária onde as ACAs assumem o papel central rege-se por três princípios essenciais:

1. *Princípio da gestão descentralizada*

Este visa promover a criação de diferentes níveis de operação e gestão dos pontos de água como forma de atribuir e distribuir reponsabilidades (MOGECA,2013). No seguimento deste princípio as ACAs: i) tornam-se parte da estrutura institucional que no seu todo assegura o processo de abastecimento de água às comunidades peri-urbanas, ii) assumem-se como uma plataforma de defesa dos interesses dos cidadãos/beneficiários/consumidores, e iii) acabam promovendo acções de desenvolvimento comunitário.

2. *Princípio da participação comunitária*

Este implica o envolvimento directo da comunidade na definição das prioridades em relação ao desenvolvimento local (MOGECA, 2013). Neste sentido, a criação das ACAs surge enquanto um esforço para constituir instituições comunitárias de gestão de água, através das quais os cidadãos são capazes de monitorizar a provisão básica de serviços públicos (ibid). Desta forma, os utilizadores/consumidores/beneficiários são envolvidos directamente na gestão deste serviço – desde os processos de eleição e construção dos pontos de água (consulta, negociação, selecção dos

locais, escavação e pagamento da mão-de-obra), até à gestão operacional e financeira do serviço. Este é um dos princípios centrais do modelo de gestão comunitário, uma vez que é através dos mecanismos que acciona que se consolida a participação comunitária e acima de tudo, se assegura a sustentabilidade do serviço e da tecnologia utilizada (ao envolver a comunidade directamente no processo de tomada de decisões, esta passa a ter um sentido maior de responsabilidade e pertença para com os pontos de água de que depende).

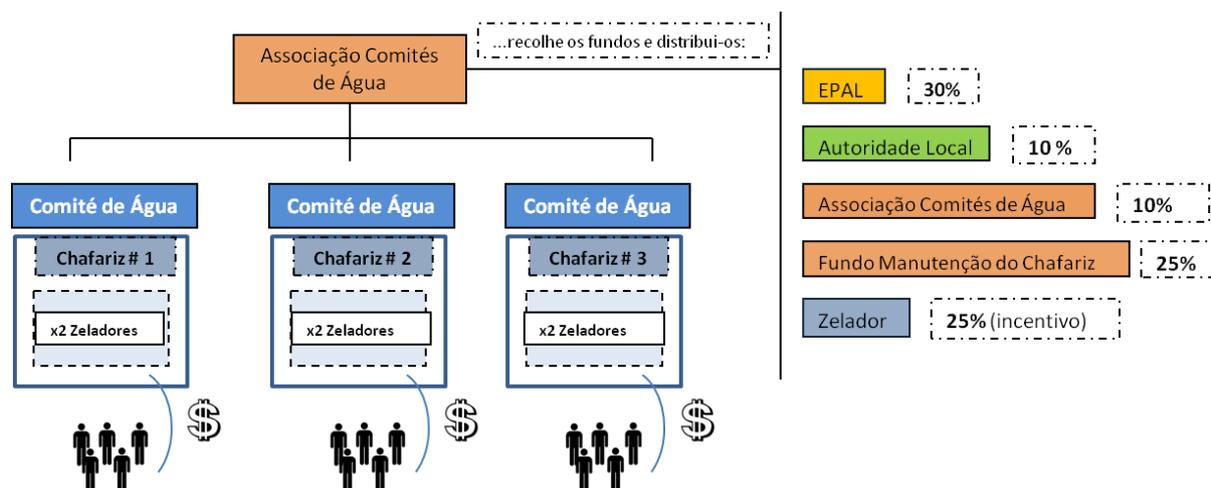
3. Princípio de recuperação de custos

Outro elemento de especial importância para assegurar que o modelo em questão é bem sucedido e sustentável a longo prazo, é o desenvolvimento de mecanismos de recuperação de custos para assegurar o funcionamento contínuo dos pontos de água (MOGECA, 2013). No âmbito deste princípio, as ACAs são responsáveis por promover no seio da comunidade o hábito de pagar pelos serviços recebidos² angariando fundos suficientes para poder reinvestir nos pontos de água ou em acções/estruturas sociais e comunitárias. Desta forma, o modelo reforça também a capacidade de gestão e prestação de contas no próprio seio da comunidade.

3.2.3. MODELO DE GESTÃO DE FUNDOS

Tal como inicialmente desenhado no âmbito do LUPP, o funcionamento de acordo com os princípios supra mencionados, sustentado e eficiente de qualquer ACA, dependeria directamente da aplicação dos seguintes mecanismos financeiros:

Figura 2 Modelo Financeiro das ACAs (original)



Fonte: LUPP (adaptado pela autora)

Neste modelo, os vários comités de água de um determinado bairro, recolheriam o lucro que cada chafariz geria semanalmente e transferiam-no directamente para a ACA correspondente. Por seu

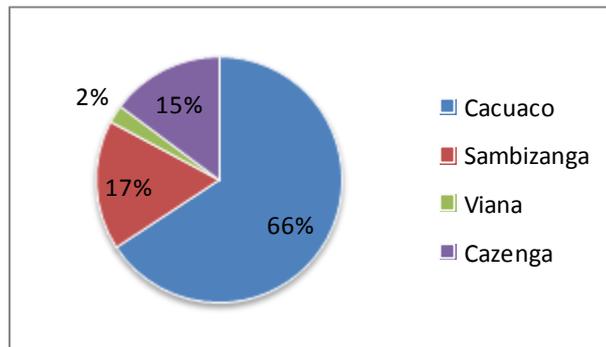
² Como demonstrado pelo relatório produzido pela DW em 1998, mesmo os utilizadores mais pobres que vivem na periferia estão dispostos a pagar pela água que consomem. A única condição é que estes saibam para onde o dinheiro vai e esse investimento seja feito numa perspectiva de melhorar o acesso aos serviços de abastecimento de água no bairro onde moram.

lado, a ACA distribuiria os fundos da seguinte forma: à EPAL, como entidade pública responsável pela água na cidade de Luanda, seriam entregues 30% dos lucros gerados – esta contribuição representava não só um pagamento *simbólico* da água fornecida a vulso, como também pretendia contribuir para os custos de extracção e de tratamento de água incorridos pela EPAL durante o processo de distribuição (demonstrando a capacidade e vontade da comunidade para pagar responsávelmente pelo seu consumo de água); à Autoridade Local seriam entregues 10% dos lucros – taxa administrativa que paga pelos custos de funcionamento e reconhecimento legal das actividades desenvolvidas por cada um dos intervenientes ; a ACA ficaria com 35% dos lucros totais, pelo que 10% desse valor deveria ser reeinvestido em: acções comunitárias, na construção de novos chafarizes e a criação de novos comités de água, e os restantes 25% deveriam ser transferidos para um fundo de maneo cuja finalidade era ser usado para a manutenção dos vários chafarizes; finalmente, também aos zeladores correspondia uma percentagem dos lucros, neste caso 25%, como um sinal de reconhecimento pelo seu trabalho comunitário no âmbito de manter a operacionalidade do chafariz. Para evitar as irregularidades e extravios ao nível de gestão de fundos que se haviam verificado no modelo anterior, as ACAs estavam agora incumbidas de: constituir uma conta bancária através da qual os fundos fossem distribuídos, de manter comprovativos de todas as transacções e de terem as suas contas externamente auditadas.

4. MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA – NA PRÁTICA

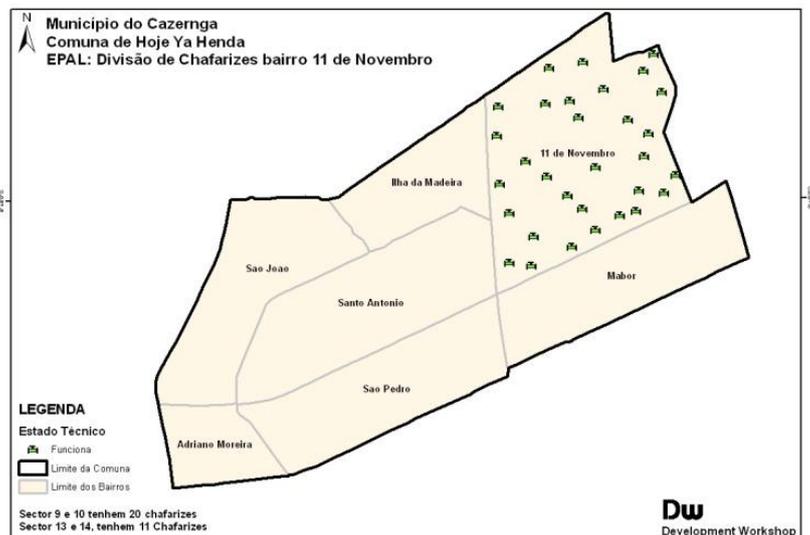
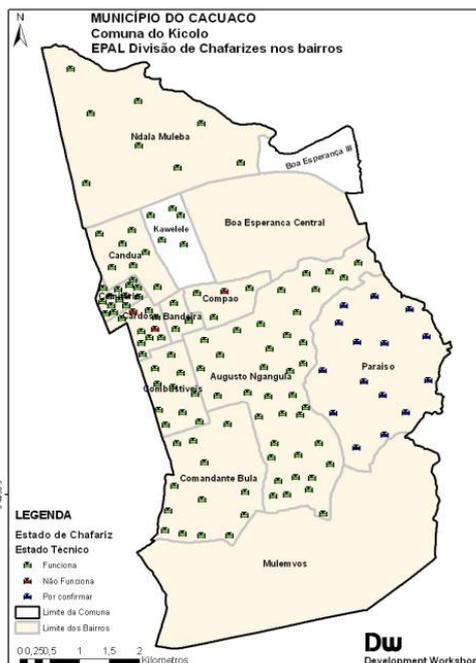
De acordo com os últimos dados actualizados, em 2012 existiam 210 chafarizes distribuídos por Cacuo, Sambizanga, Viana e Cazenga (ver mapas)³. De todos, o Município com o maior número de chafarizes era o de Cacuo, onde desde 2002 já haviam sido construídos 138 (Base de Dados DW, 2013). Destes 210, apenas 4 foram reportados como não estando a funcionar e 15 ainda numa situação por confirmar.

Gráfico 1 Percentagem de chafarizes construídos 2002-2013



Fonte: Base de dados dos Chafarizes, DW (2012)

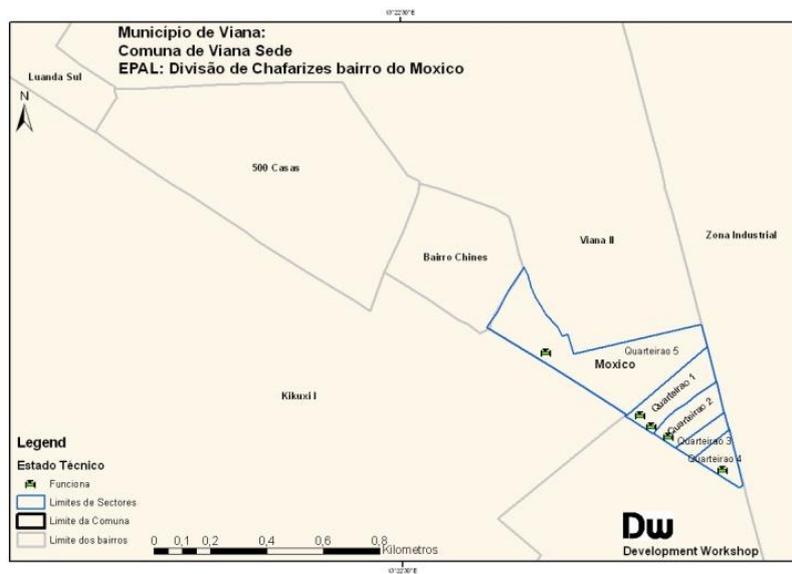
Figura 3 e 4: Distribuição dos Chafarizes no Município de Cacuo e Cazenga



Fonte: GIS – DW

³ De notar que por falta de coordenadas geográficas, os chafariz existentes no bairro de Ngola Kiluaje (Município de Sambizanga) não estão representados em nenhum destes mapas.

Figura 5 Distribuição dos Chafarizes no Município de Viana



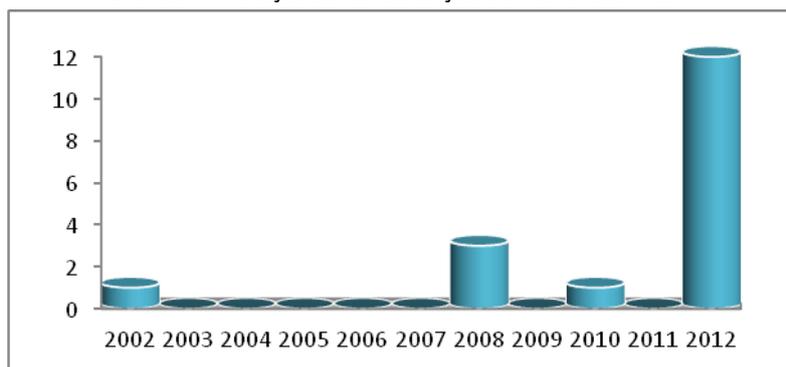
Fonte: GIS – DW

4.1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACAS

Para assegurar a gestão de toda esta infra-estrutura e zelar pelos interesses da comunidade ao nível das suas necessidades de água, entre 2002 e 2012 foram constituídas 17 ACAs. A primeira ACA a ser formada foi a “Associação de Comités de Água para o Progresso Comunitário” (sediada no bairro Ngola Kiluange na comuna e município da Sambizanga), por um então representante da Comissão de Moradores, Pedro Raimundo Moziva; e uma das mais recentes, constituída a 17 de Abril de 2012, foi a “Associação Comunitária Água É Vida”, cujo primeiro presidente foi Maria Manuel, uma doméstica e com sede no Bairro Sector 11 de Novembro, Sector 13 e 14, da comuna Hoji-Ya-Henda, município do Cazenga. De salientar que até 2013 nenhuma ACA se dissolveu e todas, com menos ou mais interrupções, mantiveram a sua actividade.

Como se pode ver pelo gráfico abaixo a constituição deste conjunto de ACAs não seguiu uma evolução linear e contínua. Entre 2002 e 2007 apenas se assistiu à formação de uma associação, pelo que só em 2008 este processo viria a ser de novo retomado com a constituição de mais 3 associações e uma em 2010. Só se assiste a um verdadeiro *boom* de associações uma década depois da primeira ter sido instituída em 2012, altura em que um grupo de 12 ACAs são formadas em simultâneo. A evolução não sequencial acontece porque a constituição deste tipo de organizações está estreitamente correlacionada com o ritmo de construção de chafarizes em cada um dos bairros. Por sua vez, esta construção está também dependente de programas de financiamentos externos, oriundos de doadores internacionais, cuja implementação de actividades obedece a uma determinada calendarização (2, 3 e 5 anos no máximo). Por exemplo, as ACAs formadas em 2008 e 2010 nascem do 9º FED da União Europeia que contemplava o investimento de 22 milhões de euros em programas de desenvolvimento comunitário em Luanda.

Gráfico 2 Evolução da constituição de ACAs 2002-2012



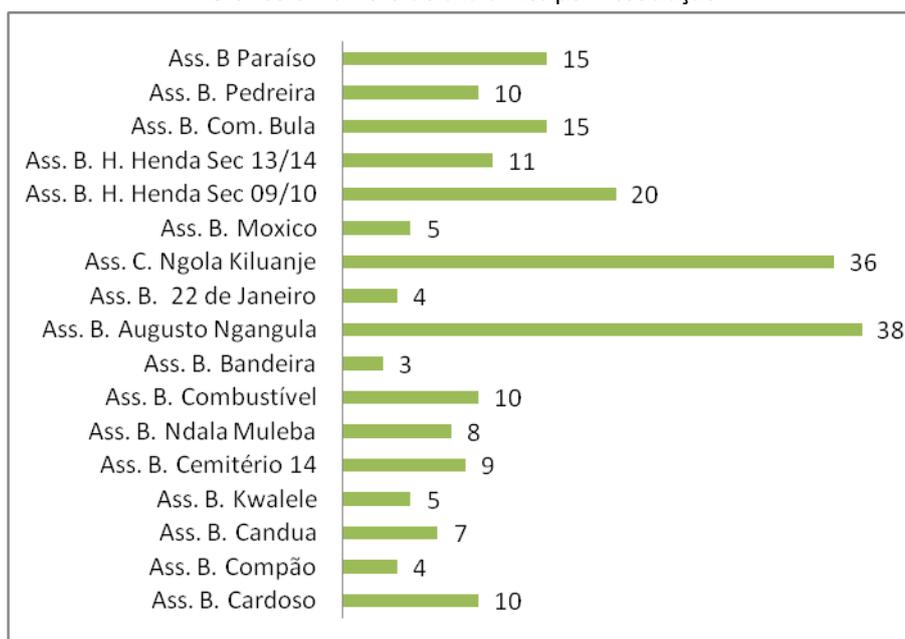
Fonte: Pesquisa de Campo

Durante todo o processo de constituição, estas associações tiveram um acompanhamento directo da unidade de água e saneamento da Development Workshop e esta assistência é ainda hoje vista como um pilar central na evolução destas estruturas sociais. Das entrevistas realizadas e da observação *in loco* feita foi possível concluir que existe um grande sentido de respeito e admiração pelos membros da associação em relação ao pessoal da DW e que as suas sugestões são tidas em grande consideração – apesar de já ser visível que à medida que as Associações se forem autonomizando e consolidando no futuro esta relação se irá, eventualmente, alterar.

4.2. ZELADORES

Em média, cada Associação é responsável pela gestão e manutenção de 12 chafarizes, mas há pelo menos 3 Associações cuja actividade supera essa média em grande medida: a Associação Esperança Viva Nascente (do Bairro Augusto Ngangula) responsável por 38 chafarizes, a Associação Comitês de Água para o Progresso Comunitário (Bairro Ngola Kiluanje) que incorpora 36 chafarizes e, finalmente, a Associação Renascer (Bairro Sector 11 de Novembro, Sector 9 e 10), responsável por 20.

Gráfico 3 Número de chafarizes por Associação



Fonte: Base de dados dos Chafarizes, DW (2012)

De acordo com a mesma base de dados, a responsabilidade de cada chafariz cabe apenas a um zelador (e não dois, como inicialmente estabelecido no modelo inicial), e esta é uma actividade maioritariamente dominada pelo sexo feminino, sendo que 68% dos chafarizes estão sob a responsabilidade de mulheres. Das 17 Associações existentes, 4 delas são compostas por Comités de Água onde só mesmo mulheres são responsáveis pela gestão das suas infraestruturas (Associação do Bairro Cardoso, Associação do Bairro Compão e Associação do Bairro Bandeira e Associação do Bairro do Moxico). Por sua vez, a Associação com o maior rácio homens/mulheres, é a Associação do Bairro Ndala Mulemba, onde 6 dos 8 zeladores são do sexo masculino. No seguimento dos 9 pequenos questionários aplicados aos zeladores no âmbito deste estudo, pode dizer-se que, no geral estas foram as características encontradas:⁴

- ◆ **Género/idade/profissão:** A maioria dos entrevistados eram do sexo feminino e a média geral das suas idades rondou os 29 anos: a idade do zelador mais velho situava-se no 52 anos e o do mais novo no 18 anos – demonstrando que é uma função apelativa a um amplo espectro de idades. Isto talvez seja explicado pelo facto de que ser zelador é um trabalho que permite ser conciliado com outras actividades, uma vez que a água não corre diariamente nos chafarizes e mesmo quando corre é intervalada. Assim, a maioria dos entrevistados, para além de serem zeladores, tinham também outras profissões, como comerciante, músico e/ou estudante e domésticas.
- ◆ **Razões para ser zelador(a):** Quando questionados sobre os motivos por detrás da sua decisão de serem zeladores, grande maioria salientou que tinha que ver com a sua vontade própria de contribuir para a comunidade, ajudar o povo e conviver com outras pessoas. Outros apontavam que tinha que ver com questões de sobrevivência (uma vez que esta actividade era o seu único ganha pão), ou porque achavam que tinham as qualificações certas ou porque não havia mais ninguém disponível.
- ◆ **Média de tempo como zelador(a):** em média neste grupo de entrevistados cada zelador permanece no seu posto por volta de 3 anos. Apesar de ser um emprego onde não há uma remuneração fixa, parece ser um posto de relevância e no qual as pessoas tendem a permanecer por algum tempo (e.g. das zeladoras entrevistadas, a dona Kunga Antónia era a que já ocupava este cargo há mais tempo – 6 anos).
- ◆ **‘Estímulo’/remuneração:** um aspecto interessante que este questionário veio realçar é o facto de que nem todas as ACAs estarem, neste momento, a usar o mesmo modelo de gestão financeira (ponto que vai ser discutido na secção seguinte). Assim, nem todos os zeladores são pagos da mesma forma: uns recebem 25% do lucro reunido por mês, outros recebem uma renda fixa mensal que varia entre os 1.500kwz (Bairro Ngola Kiluanje) e os 8.000 kwz (Bairro Comandante Bula), outros colectam apenas o lucro dos sábados e domingos para si, e outros correm ainda o risco de receberem apenas uma semana do mês (a última). Em ambas as últimas situações, onde o zelador recebe apenas o que é vendido nos dias específicos do mês, o risco de não pagamento do seu ‘estímulo’ é muito maior – isto porque pode dar-se o caso de que a água falte nesses dias e não se gerem lucros. Outro aspecto interessante tem

⁴ Para informação detalhada sobre os dados recolhidos veja-se o Anexo 2.

que ver com o facto de que mesmo entre os próprios chafarizes, sob gestão da mesma associação, existem variações nos 'estímulos' recebidos. Por exemplo, no bairro Augusto Ngangula, onde actua a Associação Esperança Viva Nascente, três zeladoras afirmaram receber um valor diferente: uma 25%, outra 3.500kwz e outra ainda 4.500kwz. Esta situação deriva, provavelmente, da diferenças de fluxo de água em cada um dos chafarizes o que inevitavelmente vai afectar o montante que fica com a zeladora.

- ◆ **Horário de trabalho e responsabilidades:** em geral todos os chafarizes abrem ao público às 6 horas manhã e voltam a fechar por volta das 5 horas da tarde. Contudo, este horário de funcionamento depende da disponibilidade e fluxo da água, pelo que por vezes pode ser reduzido e fechar mais cedo ou mais tarde. De qualquer maneira, durante esse tempo, os zeladores vendem água, atendem os consumidores, aconselham-nos sobre formas de tratar a água, controlam a fila e mantêm o chafariz limpo.
- ◆ **Maiores problemas com que os zeladores se deparam:** Os maiores problemas têm que ver com questões técnicas e irregularidade no abastecimento de água (e.g. avarias constantes nas torneiras, pouca pressão, esgotos danificados). Para além disso alguns zeladores também se queixaram que os chafarizes não tem sombra e/ou que os consumidores faltam ao respeito em uma ou outra situação.

4.3. PERFIL GERAL DAS ACAs ESTUDADAS⁵

Dado o tempo limitado do estudo, decidiu-se elaborar a pesquisa em torno de um universo específico, de menores dimensões. Assim, das 17 ACAs em funcionamento, a equipa resolveu fazer uma selecção de acordo com o critério de longevidade o que resultou na escolha das seguintes 7 associações:

	ANO	COMUNA	BAIRRO	NOME
1	2002	Sambizanga	Ngola Kiluanje	Ass. Comitês de Água para o Progresso Comunitário
2		Kikolo	Comandante Bula	Ass. Comunitária de Moradores 4 de Abril
3	2008	Kikolo	Combustível	Ass. Fonte da Vida
4		Kikolo	Augusto Ngangula	Ass. Esperança Viva Nascente
5	2010	Viana II	Moxico	Ass. Moradores de Gestão Comunitária
6	2012	Hoji-ya-Henda	Sec.11 Nov (Sec.9/10)	Ass. Renascer
7		Hoji-ya-Henda	Sec.11 Nov (Sec.13/14)	Ass. Comunitária Água é Vida

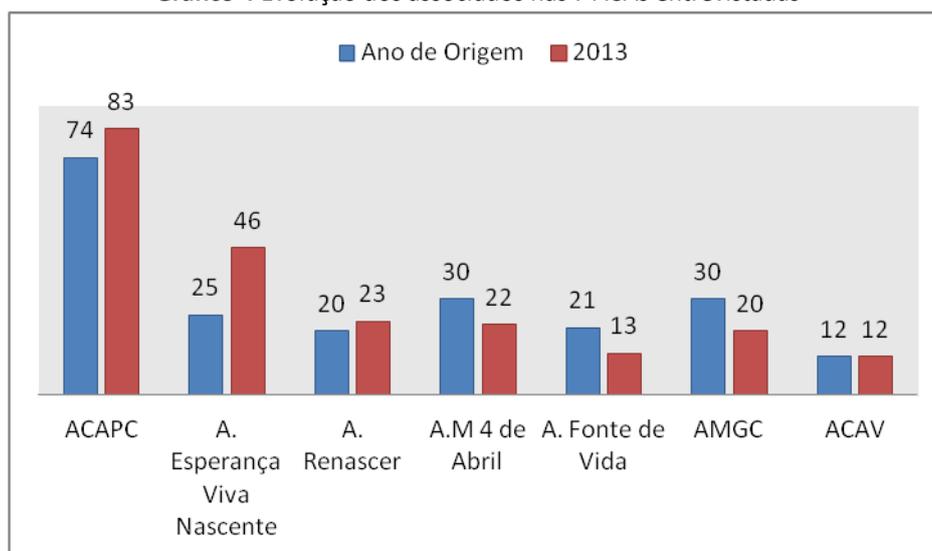
4.3.1. NÚMERO DE FILIADOS

Como se pode ver pelo gráfico abaixo, das 7 ACAs entrevistadas 3 apresentaram um aumento no número de associados, 3 registaram um decréscimo dos seus afiliados e em 1 o número manteve-se na mesma. Por detrás desta tendência existem algumas explicações: a) onde o número de afiliados subiu (ACAPC, A. Esperança Viva Nascente e A. Renascer) isto esteve relacionado directamente com a

⁵ Para uma discussão mais aprofundada de cada uma das associações, veja-se o Anexo 1.

construção de novos chafarizes, o que fez com que novos zeladores fossem recrutados; b) por sua vez, em associações onde o número de associados desceu (A. Moradores 4 de Abril, A. Fonte da Vida e AMGC), na gênese desta tendência estiveram motivos como: querelas inter-institucionais e mesmo internas (por exemplo A. Comunitária de Moradores 4 de Abril) e/ou o carácter não remunerativo dos cargos de direcção o que levou a que alguns membros saíssem para outros ramos de actividade onde sejam pagos (por exemplo A. Fonte de Vida). Outro factor discutido informalmente com alguns dos entrevistados e que tem vindo a contribuir para esta dinâmica foi o da introdução do sistema de cotas que tem colocado ainda mais pressão financeira nos afiliados.⁶

Gráfico 4 Evolução dos associados nas 7 ACAs entrevistadas



Fonte: Pesquisa de Campo

4.3.2. MISSÃO DAS ACAs

Para além dos objectivos consagrados nos estatutos de cada ACA (ver secção 3.2.1), foi interessante captar que para todos os entrevistados o sentido de missão de uma associação deste género ia muito para além da simples revenda de água: a ACAPC por exemplo, durante os seus 11 anos de existência, conseguiu expandir a sua área de intervenção na comunidade através da oferta de outros serviços sociais a preços mais acessíveis (como uma creche), ou focando-se na formação cívico-eleitoral e em questões da igualdade de género no âmbito da governação; outras associações passaram a assumir uma verdadeira missão de promotores de formação profissional, quer ao nível de formação no âmbito da canalização para assegurar apoio técnico aos seus chafarizes (A. Esperança Viva Nascente, A. Moradores de Gestão Comunitária e A. Fonte de Vida) ou mesmo promovendo a oferta de outro tipo de cursos, como em administração, contabilidade, resolução de conflitos (A. Esperança Viva Nascente), ou culinária, informática e decoração (A. De Moradores de Gestão Comunitária). Neste processo, o papel das ACAs tem sido o de mobilizar a comunidade, e em especial os jovens, para fazerem um destes cursos, enquanto que a DW apoia com o pagamento da inscrição. Após término da formação a associação tem que assegurar que, os participantes conseguem ter acesso a um emprego.

⁶ Este elemento não faz parte do modelo comunitário de gestão como elaborado inicialmente. Terá sido um implementado *a posteriori* como mecanismo de garantia financeira que permitia assegurar o funcionamento mínimo da ACA. É importante frisar que o pagamento das cotas abarca não só os membros da direcção como os próprios zeladores.

4.3.3. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Todas as ACAs entrevistadas tinham uma forte visibilidade e presença no seio das suas comunidades de actuação, pelo que tanto os residentes como as outras instituições a actuar nos bairros reconheciam a importância do seu papel.⁷ Desta forma, todas as 7 associações já detinham o primeiro elemento necessário para que as suas actividades e papel na comunidade fossem reconhecidos – o certificado de reconhecimento atribuído pela Administração Municipal. Contudo, nem todas tinham ainda conseguido institucionalizar-se como entidade jurídica de direito próprio reconhecido pelo Ministério da Justiça.

Graças à DW tem havido um esforço bastante grande para que as ACAs obtenham um estatuto legal e assim das 7 associações, 4 já tinham conseguido obter esse cunho jurídico (a ACAPC em 2004, a A. Esperança Viva Nascente em 2012 e a A. Fonte da Vida em conjunto com a A. Comunitária de Moradores 4 de Abril, em Janeiro de 2013). Este estatuto é vital para as ACAs e trás-lhes vários benefícios: conseguem finalmente ter a sua própria conta bancária (e assim assegurar uma maior independência e transparência na sua gestão financeira), reforçar a imagem perante os doadores internacionais, aumentar a credibilidade dos seus pareceres e potencializar novas colaborações quer com organizações locais, como internacionais. Por ser um processo moroso e complexo, a DW apoia as associações a reunirem toda a documentação que necessitam garantindo inclusivamente o pagamento da taxa que este registo incorre (de 120.000 Kwz). Mesmo dentro do universo das ACAs sem estatuto legal, só a A. De Moradores de Gestão Comunitária (fundada em 2010) se queixou de ter tido imensas dificuldades em lidar com a burocracia e por isso de não ter avançado com o processo. Todas as outras, constituídas em 2012, estavam em vias de organizar a documentação necessária.

4.3.4. PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Todas as ACAs têm que apresentar no início do ano um programa de actividades para os próximos 12 meses. Das entrevistadas, todas demonstraram um excelente nível de planificação e ideia clara do que poderiam atingir e planificar tendo em conta a sua situação financeira. De um modo geral, todas as associações, para além de revenderem água e assegurarem a manutenção dos chafarizes, organizam as seguintes actividades: palestras em espaços públicos da comunidade (como escolas, igrejas, postos de saúde, etc) sobre os cuidados a ter com a água e como usar o produto certa, campanhas de limpeza de rua e recolha de lixos, apoio nas campanhas de vacinação e educação para a saúde, formação profissional e sensibilização ao nível do saneamento básico.

4.3.5. MAIORES DESAFIOS

O dia-a-dia na vida de cada uma destas associações é recheado de desafios, com os quais estas instituições se debatem constantemente. São bastantes e de origens diversas: 1) necessidade de criar estruturas comunais e consolidar a *pax* social (tentar construir mais infraestruturas orientadas para serviços comunitários como creches, lavandarias, tanques, etc,); 2) desafios ao nível de assegurar o

⁷ A única ACA a apresentar problemas mais graves a este nível foi a A. Esperança Viva Nascente a qual tinha tido imensos problemas em obter reconhecimento institucional por parte da própria Comissão de Moradores – contudo esta não é uma situação de todo comum.

desenvolvimento da própria comunidade (o esforço para mudar a mentalidade e atitude das pessoas, por exemplo face ao lixo e ao saneamento básico, nem sempre é eficaz e por isso os comportamentos e consequentes efeitos nefastos continuam – ainda que a participação comunitária já tenha melhorado continua a ser preciso mobilizar ainda mais as pessoas para que a mudança de comportamentos se atinja mais rapidamente); 3) gestão de conflitos e colaborações (todas as ACAs referenciaram que nem sempre é fácil trabalhar ao nível da cooperação e que é preciso fazer um grande esforço para assegurar uma relação positiva com as autoridades locais e uma colaboração que promova os direitos dos consumidores com a EPAL); 4) capacitação dos membros afiliados da própria associação (nem todos têm formação suficiente por isso é preciso equipá-los com as competências necessárias para que possam desempenhar melhor as suas funções, por exemplo: os zeladores têm que ter mais formação na gestão de conflitos e em como lidar com os usuários). Contudo os desafios maiores e mais mencionados foram:

1) **Problemas com a infraestrutura**, ao nível da sustentabilidade, manutenção e expansão dos chafarizes: i) o fornecimento de água é irregular ou não tem pressão suficiente, outras vezes não há mesmo água ou é de má qualidade, ii) nem todas as zonas dos bairros de intervenção das ACAs têm chafarizes colocando assim maior pressão nos que já existem, iii) o número de ligações ilegais continua a aumentar graças à constante actuação dos garimpeiros, iv) não há fundos suficientes para assegurar uma manutenção apropriada e o estado de conservação de alguns chafarizes acaba por se detiorar rapidamente); e

2) **Desafios provocados pelo modelo de gestão financeira**: i) constante e prolongada falta de fundos para manutenção, logística e consolidação da própria ACA (como por exemplo: falta de fundos e meios, como transporte ou computadores, para executar as actividades programadas anualmente, ou mesmo falta de fundos para a construção de um espaço físico da associação o que implica que os encontros ainda se façam em casa dos membros da direcção e o arquivo da informação esteja espalhada); ii) quase total paralisia da associação provocada pela sua dependência no lucro da venda de água (que, tendo em conta a irregularidade da sua distribuição, impossibilita a projecção de um orçamento anual e delineamento de estratégias futuras).

Um outro desafio mencionado não directamente pelas ACAs mas por membros da DW, durante a pesquisa, foi o da:

3) **Terceirização dos serviços municipais de água (chafarizes)**: este é um fenómeno ainda bastante recente que terá começado a ser pensado no segundo semestre de 2012 mas cuja forma de implementação e modelo a ser seguido ainda não é conhecido. Pensa-se que na origem deste processo tenha estado o bom desempenho financeiro e social das ACAs nestes últimos anos o que permitiu que o negócio da água nos chafarizes se tenha tornado (pela primeira vez) rentável para a EPAL. Perante o aumento dos pagamentos mensais e formalização do processo de pagamento dos custos relacionados com a água fornecida às ACAs, acredita-se que a EPAL tenha visto neste subsector uma oportunidade de negócio (no passado as autoridades políticas acreditavam que os residentes dos bairros peri-urbanos seriam tão pobres que nunca teriam capacidade – e/ou vontade, para pagar pela água que consumiam; o que o modelo de gestão comunitário veio provar é que na realidade, se bem gerido e com um fornecimento regular de água, este é um negócio rentável).

Contudo, a indefinição de como a terciarização se irá materializar assume-se como mais um grande desafio a que o modelo das ACAs se terá que moldar no futuro. De acordo com os funcionários da DW, a organização tem feito contactos para influenciar a operacionalização deste processo, fazendo pressão para que as ACAs sejam tidas em consideração nesta nova estratégia (não só como agentes de auscultação mas potencialmente como agentes reconhecidos pela EPAL com capacidade para providenciar o abastecimento de água nas zonas onde operam actualmente face o seu conhecimento das áreas abrangidas pelas ligações e relacionamento as com as autoridades locais). Nesse sentido, a DW tem se posicionado estrategicamente para que este processo de terciarização não ponha em causa o modelo de gestão actual. Tal tem vindo a ser feito através de encontros de advocacia e junto do departamento comercial da EPAL, em especial do departamento de chafarizes, onde (embora ainda não oficial) se diz que as ACAs serão incentivadas a concorrer no concurso público que se está a preparar.

4.3.6. ESTRATÉGIA PARA O FUTURO

Apesar das dificuldades e obstáculos constantes que estas Associações têm que enfrentar, todas elas demonstraram ter uma ambição futura. Houve quatro áreas em que a estratégia para o futuro de cada ACA parece apontar: 1) Construção de infra-estruturas sociais para assim fomentar um maior espírito comunitário (como uma creche, uma academia de futebol, uma lavandaria e melhoramento das vias), e diminuir a delinquência juvenil, através de uma forte aposta na formação das camadas mais jovens; 2) Consolidação e expansão das associações, promovendo um aumento do número de associados e tornando-se associações de referência nacional; 3) melhorar a colaboração com outras entidades e arranjar novas fontes de financiamento, tornando-se num actor de referência no âmbito da água e saneamento ao nível do bairro e assim procurar trabalhar mais estreitamente com o governo e com a EPAL, divulgar mais as suas actividades e sua relevância para assim encontrar novos fundos; e 4) aumentar e melhorar a infra-estrutura de água, construindo mais chafarizes e/ou tanques reservatórios para lidar com o irregular abastecimento de água.

4.3.7. RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM OUTRAS ENTIDADES

Em geral, a relação entre as ACAs, autoridades locais e EPAL são boas. A entidade com a qual as relações são as melhores é com a Autoridade Local e isto pode ser explicado dada a natureza da própria colaboração uma vez que as actividades conjuntas se relacionam com aspectos mais institucionais, como: o reconhecimento das acções das ACAs nos bairros de intervenção, e auscultação destas associações quando assuntos relacionados com a água e saneamento careçam de discussão. Mas nem para todas as associações a experiência tem sido a melhor. Por exemplo, a A. Comunitária de Moradores 4 de Abril tem tido uma experiência bastante negativa e que tem exigido da direcção uma enorme capacidade diplomática. De acordo com o entrevistado, ainda existem muitíssimos atritos com a Comissão de Moradores cujos membros têm vindo a acusar esta ACA de não assegurar água à população propositadamente acabando mesmo por se apoderarem de dois chafarizes que inicialmente pertenciam à associação. Esta situação veio realçar que a constituição de novas associações pode trazer instabilidade na estrutura institucional já existente, fazendo com que as responsabilidades se imiscuem e áreas de intervenção se desrespeitem. De qualquer maneira, de todas as ACAs em Luanda, esta terá sido a única a ter tal experiência com uma autoridade local. Contudo, o mesmo já não se pode dizer com a EPAL.

Apesar de haver uma boa relação com ambos os Departamentos Técnico e Comercial, a realidade é que todas as Associações entrevistadas apontaram alguns problemas que precisavam de ser resolvidos urgentemente se este bom nível de relacionamento fosse para continuar: é urgente que a EPAL comece a combater a acção contraprodutiva dos garimpeiros (sendo que há referência de que muitos sejam mesmo empregados desta empresa); que melhore a sua capacidade para lidar rapidamente com avarias e aumente o seu apoio técnico através do recrutamento de mais pessoal; que lide com a morosidade constante para resolver problemas de qualquer índole; que intervenha ao nível do melhoramento das infraestruturas pelas quais é responsável e assuma as suas responsabilidades enquanto agente de distribuição (assegurando boa pressão nos chafarizes e que a água corre todos os dias); e que se mantenha fiel ao modelo comunitário de gestão de água desenvolvido, acordado e implementado pela DW em conjunto com a EPAL.

4.3.8. CHAFARIZES E ZELADORES

Tal como abordado nas secções 4.1 e 4.2 todas as ACAs são responsáveis pela gestão e manutenção dos chafarizes que têm à sua responsabilidade. Em geral, todas fazem uma monitoria semanal a estas estruturas sendo que no final do mês é costume haver uma reunião onde todos os zeladores e a direcção se reúne para discutir quaisquer assuntos que sejam relevantes. Apesar de à partida ser necessário que todos os zeladores preencham uma folha do fluxo de água, infelizmente, das 7 ACAs entrevistadas apenas uma mencionou que fazia este registo mais constantemente. De acordo com os entrevistados, os maiores problemas com os chafarizes são, ainda hoje: ligações anárquicas e intervenção dos garimpeiros – o que interfere com todo o sistema de abastecimento ao chafariz incorrendo em menor pressão ou paragem total de distribuição de água; conflitos entre os consumidores e desordem nos chafarizes, muitas vezes dando origem a faltas de respeito direccionados ao zelador que por não terem formação acabam por não saber como assegurar uma melhor organização; falta de protecção e vedação dos chafarizes; avarias constantes nas torneiras e má qualidade de água. Para além destes, o problema mais apontado por todos os entrevistados foi sem dúvida o do abastecimento de água irregular de todos os chafarizes (cortes de água constantes e pressão muitíssimo baixa o que faz com que o abastecimento se faça muito lentamente). Tal situação é visível através dos dados que se pode obter com uma ficha de registo do fluxo de água:

Gráfico 5 Exemplo do Fluxo mensal de água por mês



Fonte: Folha de Fluxo usada pela ACAPC, chafariz nº56 Ngola Kiluanje, Janeiro 2007

4.3.9. MODELO DE GESTÃO FINANCEIRA

Ccomo mencionado na secção 3.2.3, esperava-se que todas as associações se regessem por um único modelo de gestão de fundos que havia sido elaborado e acordado tanto pela DW como pela EPAL (modelo LUPP). Contudo, as entrevistas vieram comprovar que no espaço dos últimos dez anos muito acabou por mudar. Nenhuma das ACAs funciona ainda hoje com o modelo tal como havia sido originalmente elaborado, isto é, com o lucro distribuído em percentagens por várias entidades e sem introdução do pagamento de cotas. O que se assiste nos dias de hoje é a uma diversificação e adaptação do modelo original despoletada pelas: 1) fracas condições de abastecimento de água dos chafarizes pelo que o lucro possivelmente obtido é muito menor e quase impossível de se prever; e pelas 2) alterações ao modelo de percentagens introduzido pela EPAL, em vigor desde Março de 2012. Desta forma, o que as entrevistas conseguiram captar foi que cada ACA teve que arranjar mecanismos alternativos para compensar essas mudanças – mecanismos esses apropriados à sua própria realidade e capacidade de negociação directa com a EPAL. Assim, em 2013, foram identificados 3 modelos principais, um dos quais com duas variações (tabela 1).

No Modelo 1 a gestão dos fundos dos comités de água faz-se como inicialmente tinha sido programado, por via de percentagens. Neste caso, o elemento original é a introdução do pagamento de cotas que, para além dos 35% que a ACA recebe da revenda de água, ajuda a consolidar os fundos da associação. O modelo assegura que todas as despesas incorridas no processo de distribuição, gestão e manutenção do chafariz são cobertas pelo lucro das vendas, pelo que os 10% que a ACA recebe como fundo de maneo para assegurar a sua operacionalidade não tem outra aplicação que não seja essa mesmo. Há apenas uma associação a fazer uso deste modelo – a mais antiga de todas. Contudo, e apesar de na teoria o modelo parecer funcionar bem, ao longo da entrevista foi possível perceber que ainda assim esta estrutura não parece estar a oferecer o grau de sustentabilidade financeira inicialmente prevista. Para precaver a deterioração desta situação, decidiu-se introduzir o sistema de cotas e fala-se já também de se tentar aumentar a percentagem do lucro total que a ACA deveria reter, de 35% para 70%.

O Modelo 2, 3 e 4 começaram a ser implementados a partir do primeiro trimestre de 2012. Aparentemente terão sido aplicados sem conhecimento prévio da DW e das próprias ACAs que, de um momento para o outro, se tiveram que adaptar a um novo tipo de modelo que lhes confiscava mais de 90% dos lucros que no Modelo 1 seriam retidos nas suas contas. Ora veja-se em que medida:

Tabela 1 Modelos de gestão de fundos em vigor (2013)

	Divisão do lucro que advém da venda de água	Lucro que a ACA retira	Despesas extra da ACA	Associações Em que vigora
MODELO 1 (LUPP com cotas)	30% EPAL 10% Autoridade Local 25% Zeladores 25% ACA – fundo de manutenção do chafariz 10% ACA – fundo para acções comunitárias	35% revenda de água (cada chafariz) + Cotas (pagas por todos os membros)		<i>Associação Comitês de Água para o Progresso Comunitário</i>
MODELO 2 (Comercial 100% EPAL)	100% fica com a EPAL	0% da revenda de água + Cotas (pagas por todos os membros)	'Salário fixo' ao Zelador (e.g. 1.000 Kwz)	<i>Associação de Moradores de Gestão Comunitária</i>
MODELO 3 (Comercial com %) Variante	75% EPAL (corresponde ao lucro retirado entre a semana 1, 2 e 3) 25% Zelador (corresponde ao lucro retirado da semana 4) Ou (lucro retirado em cada fim-de-semana x4 ao mês)	0% da revenda de água + Cotas (pagas por todos os membros)	Se faltar água na semana 4 ou em qualquer um dos fins-de-semana a ACA paga o estímulo ao Zelador	<i>Associações:</i> 1. <i>Renascer</i> 2. <i>Comunitária Água é Vida</i> 3. <i>Esperança Viva Nascente</i> 4. <i>Fonte de Vida</i>
MODELO 3 (Comercial com %) Variante II	75% EPAL (corresponde ao lucro retirado entre a semana 1,2 e 3) 18% Zelador (corresponde ao lucro retirado da semana 4 – de 2ª a 6ª) 7% ACA (corresponde ao lucro retirado da semana 4 – sábado e domingo)	7% revenda de água (cada chafariz) + Cotas (pagas por todos os membros)	Se faltar água na semana 4 a ACA paga o estímulo ao Zelador	<i>Associação Comunitária de Moradores de Gestão de Abril</i>

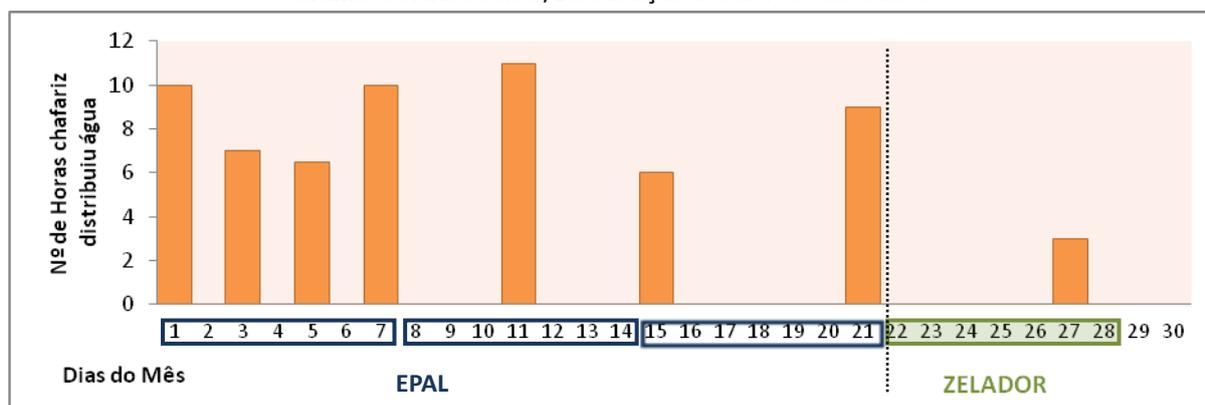
Fonte: A autora

No Modelo 2 assiste-se a uma absorção dos lucros total por parte da empresa pública. De índole puramente comercial, neste modelo qualquer lucro que advenha da venda de água de um chafariz fica retido na totalidade pela EPAL. Desta forma, tanto o zelador como a ACA não têm direito a qualquer percentagem oriunda do lucro gerado sendo que nem um determinado valor é contemplado para a manutenção do próprio chafariz. Surpreendentemente, é ainda a ACA quem assegura, através do dinheiro que recolhe entre os seus associados, o pagamento de um salário fixo ao zelador, a manutenção dos chafarizes e os seminários comunitários. Muito dificilmente esta será uma situação sustentável a longo prazo e que, estando em vigor faz quase um ano, tem vindo a asfixiar completamente a associação. Das 7 ACAs apenas a Associação de Moradores de Gestão Comunitária de Moxico se rege por este modelo e por isso não é surpresa que tenha sido uma das associações com maiores problemas financeiros no último ano, tendo mesmo que recorrer a doações vindos de outras associações como o Conselho Nacional da Juventude ou o Clube de Amigos – no passado estas organizações já tinham feito doações que totalizavam os 100.000 kwz. Esta situação

também provocou o próprio cancelamento de algumas das suas actividades, paralisando quase na totalidade a associação e levando alguns membros a deixarem de fazer parte desta.

No modelo 3 a situação não é tão extrema, mas ainda assim preocupante. É ainda um modelo comercial, uma vez que nenhum do lucro gerado pela revenda de água é redireccionado para a ACA, mas contempla já uma parcela que fica com o zelador. Assim, 75% do lucro fica com a EPAL e 25% fica com o zelador. Contudo, esta divisão não é tão exacta quanto isso, ora veja-se: neste modelo as percentagens não equivalem a uma divisão do total colectado num mês, na realidade corresponde a uma divisão por semanas. Assim, os 75% da EPAL equivalem ao lucro gerado na semana 1, 2 e 3 do mês, enquanto que os 25% que o zelador retém equivalem ao lucro gerado na semana 4 do mês. Tendo em consideração os vários problemas relacionados com o fraco e irregular nível de abastecimento de água às zonas peri-urbanas, é fácil concluir que este modelo implica que, se na semana 4 do mês o fluxo da água for muito baixo isso irá afectar imediatamente o valor do 'estímulo' atribuído ao zelador. A situação torna-se pior se se pensar que na eventualidade de o chafariz secar na semana 4, esse estímulo nunca chega a ser pago e incorre-se o risco de que o zelador decida que não quer continuar a trabalhar nestas condições (da mesma maneira, se na semana 1,2 e 3 a água não correr a EPAL não recebe qualquer pagamento). É neste contexto que a Associação decide então introduzir o sistema de cotas e responsabilizar-se por assegurar um pagamento mínimo ao zelador se na semana 4 não for possível recolher qualquer renda da venda de água. Tal como no modelo acima, as cotas também ajudam a pagar a manutenção do chafariz e qualquer actividade social que a ACA queira desenvolver. Das 7 ACAS entrevistadas, este é o modelo que mais associações usam: Associação Renascer, Associação Comunitária Água é Vida, Associação Esperança Viva Nascente e Associação Fonte de Vida. Veja-se o impacto deste modelo, adaptando-o ao fluxo de água apresentado no gráfico 5:

Gráfico 6 Fluxo do Mês/Distribuição dos lucros – Modelo 3



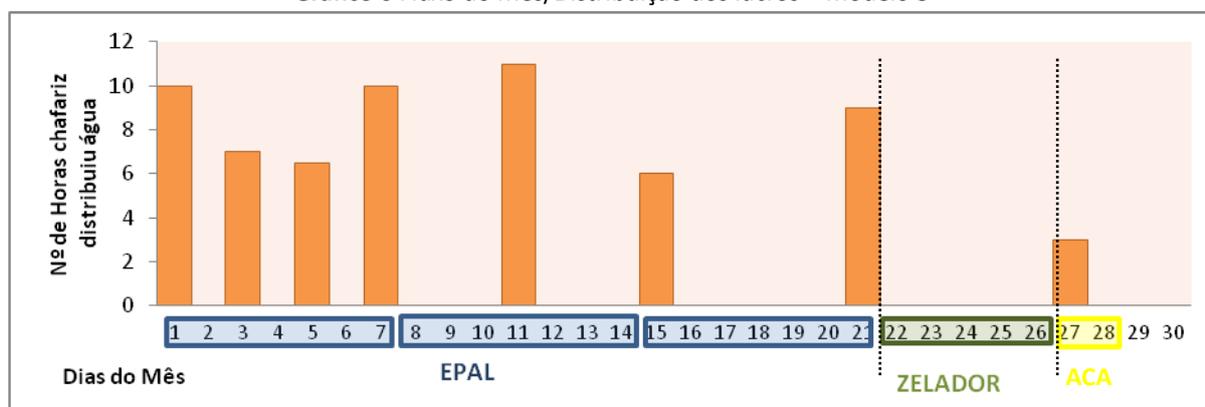
Fonte: A autora

Nesta situação, como ainda hoje acontece, o zelador apenas receberia o lucro das vendas do dia 27, enquanto que a EPAL receberia efectivamente 7 vezes mais, sem que nenhuma desta percentagem revertesse para pagamento do zelador ou mesmo para ser reinvestido nos custos de manutenção.

O último modelo em vigor actualmente é o Modelo 4, que é uma variação do modelo anterior. Neste as percentagens acima mencionadas continuam em vigor se bem que a Associação neste caso já

conseguiu negociar e ficar com uma ínfima percentagem que reverte para os seus fundos. Assim: 75% da venda da água (que equivale ao lucro retirado durante a semana 1, 2 e 3 do mês) ficam com a EPAL, 18% ficam o zelador (que corresponde ao lucro retirado durante a semana 4 entre 2ª e 6ª feira) e a ACA fica com 7% (que equivale ao lucro retirado de dois dias, sábado e domingo, na semana 4). Mesmo tendo tido capacidade para negociar com o zelador a diminuição da sua renda, e assim passando a reter um certo valor advindo do lucro gerado pelas vendas de água, a ACA acabou por ter que introduzir o sistema de cotas mensal, pelo que utiliza este fundo para: pagar ao zelador na eventualidade de não haver água na semana 4, pagar pelos custos de manutenção e seminários e/ou outras actividades que queira desenvolver. Mas veja-se o impacto deste modelo, adaptando-o ao fluxo de água apresentado no gráfico 5:

Gráfico 6 Fluxo do Mês/Distribuição dos lucros – Modelo 3



Fonte: A autora

Nesta situação, o zelador acabaria mesmo por não conseguir realizar qualquer renda da venda da água porque na semana 4 deste mês o chafariz só jorrou água no dia 6 e 7 da semana que correspondem à percentagem que fica com a ACA. De qualquer maneira, a associação pagaria sempre um mínimo ao zelador como reconhecimento do seu labor. Este modelo é apenas utilizado por uma ACA – Associação Comunitária de Moradores 4 de Abril.

4.3.9.1. MODELO DE GESTÃO FINANCEIRA – CONCLUSÕES

Qualquer um dos modelos correntes está a pôr uma enorme pressão financeira nas ACAS. Mesmo nos modelos 1 e 2 onde estas retêm uma percentagem do lucro da venda da água, o que se assiste é que os montantes recolhidos por mês não são suficientes para garantir o pagamento de todas as despesas (sede da ACA, material de escritório, actividades, rendas de estabelecimentos sociais, etc) – especialmente quando a ACA é ainda responsável por assegurar o pagamento do zelador quando falta a água (o que no caso da periferia de Luanda não é uma situação anómala, mas sim regular).

Os Modelos 3 e 4 são aqueles onde a pressão se faz sentir ainda mais e a sobrevivência das ACAs fica em risco. Uma vez que não se contempla que as associações fiquem com qualquer percentagem do lucro da venda de água, não é surpresa se em breve as ACAs que fazem uso dele cheguem mesmo a colapsar.

Todos os modelos estão também a pôr em causa o próprio sentido de missão das ACAs: estas associações foram inicialmente constituídas para melhorar a gestão e manutenção destas infra-estruturas e como agentes sociais capazes de sensibilizar a população para o melhor uso da água. Tendo em conta que muitas chegam ao ponto de terem que cancelar as suas actividades, percebe-se que é o próprio modelo financeiro que está na origem deste amputamento.

O contexto desta estrutura financeira reflecte um alheamento total por parte da empresa pública. Tendo em conta que o modelo original de percentagens havia sido discutido e acordado entre a EPAL e a DW, esta mudança radical na sua abordagem e posicionamento, vem questionar o seu verdadeiro empenho e engajamento no âmbito do modelo comunitário de gestão de água. Para além do mais, é importante ressaltar que de acordo com os entrevistados, não houve qualquer discussão prévia entre as várias partes envolvidas antes desta passagem para um novo modelo financeiro. Tal atitude radical pode estar ligada com a mudança de lideranças no seio da empresa e com a flutuação e indefinição das estruturas políticas afectas à EPAL. Para além disso, pode também ter sido provocada pela constatação de que, afinal, estas infraestruturas têm capacidade para gerar grandes receitas para a empresa a custo zero. Por exemplo, no relatório financeiro das ACAs de 2012 apresentado à DW, foi possível perceber o quão lucrativo os chafarizes são para a EPAL. O montante que adveio para a empresa, da 9 ACAs que submeteram o relatório de contas, ascende aos 6,400,000.00 Kwz ou \$67,000 USD. Tendo em conta que a EPAL não é responsável por pagar pelo zelador nem pelos custos de manutenção das estruturas, o chafariz é sem dúvida um modelo de negócio rentável. Esta situação veio também demonstrar ao governo aquilo que a DW já vinha a defender desde a década de 90, que mesmo as camadas da população mais pobre têm capacidade (e vontade) para pagar, demonstrando que qualquer investimento que se faça nos bairros peri-urbanos é passível de ser recuperado a longo prazo.

4.3.10. MODELO COMUNITÁRIO DE GESTÃO DE ÁGUA – CONCLUSÕES

Como se pôde auferir das secções anteriores, este modelo foi promovido como sendo um de positiva integração, colaboração e diálogo inter-institucional. Neste procurou-se atribuir a cada um dos intervenientes um papel e responsabilidades específicas orientadas para dinamizar uma provisão de água melhorada e socialmente adaptada às comunidades envolvidas. Ainda que alguns elementos teóricos do modelo tenham sido alterados na prática, a verdade é gerou sem dúvida benefícios para cada um dos intervenientes:

◆ **Comunidade:**

No contexto de uma Angola profundamente marcada por décadas de conflito interno, este modelo veio promover no seio de uma sociedade fracturada, um sentido de maior interligação comunitária. Um outro aspecto inovativo, inerente a este modelo, advém da promoção do princípio de gestão dos serviços básicos através do desenvolvimento de associativismo. Esta dinâmica contribuiu não só para a melhoria ao acesso a um serviço básico, mas também para o crescimento e maturação de princípios democráticos no seio das comunidades mais desfavorecidas. Outro elemento positivo está relacionado com o acesso destas comunidades a uma plataforma institucional que antes lhes era interdita e que lhes confere um canal directo de acesso às entidades governamentais. Desta forma, as comunidades conseguiram aumentar o seu peso representativo e capacidade de influenciar decisões que dizem respeito ao abastecimento de água (e outros serviços comunitários)

na sua unidade geográfica de acção. A combinação de todos estes elementos reflecte um maior nível de consciência cívica. Outro aspecto benéfico estava correlacionado com o impacto que a participação dos próprios zeladores tinha: por um lado, e uma vez que auferiam um salário simbólico desta actividade, era uma forma de complementarem a sua renda diária; por outro, também lhes era dada uma oportunidade para aumentarem o seu nível de capacitação.

◆ **EPAL:**

Para a empresa pública, o modelo ofereceu uma solução alternativa ao problema prolongado de abastecimento irregular, inadequado e exorbitante que as áreas peri-urbanas vinham a sofrer, uma vez que reestruturou a sua responsabilidade: agora a utilidade pública já não tinha que se preocupar em arranjar investimento para a construção de infra-estruturas e alocar fundos para a sua gestão e manutenção uma vez que estes estavam a ser garantidos por doadores internacionais e organizações comunitárias. Outro aspeto que favorecia a EPAL foi a própria recolha de fundos, através da percentagem que lhe era alocada, o que pela primeira vez permitiu à empresa obter lucros dos chafarizes localizados nos musseques.

◆ **Autoridade Local:**

De acordo com o decreto-lei 2/07, artigo 43, as municipalidades também têm responsabilidade no asseguramento da provisão de serviços públicos no âmbito da sua unidade geográfica. Contudo, por causa do conflito prolongado e uma cultura de serviços públicos centralizados, as autoridades locais deixaram de ter capacidade para o fazer. Assim, este modelo representou o primeiro passo numa tentativa de melhorar a performance destes agentes e de os envolver de novo neste processo através da sua função ao nível do planeamento, legalização, priorização e selecção das fontes de água. No futuro, esperava-se que as parcerias saídas deste modelo ajudassem no melhor planeamento e criação de planos de abastecimento que pudessem vir a ser incorporados nos planos de desenvolvimento municipais.

Apesar destes benefícios, a verdade é que o modelo atingiu agora um ponto crítico no seu estágio de maturação. Assim sendo, a questão que se coloca neste momento é a de como alterar a situação actual e assegurar que as ACAs continuam a operar e trabalhar no sentido de melhorarem as condições dos seus municípios ao nível da água e saneamento.

5. SUSTENTABILIDADE FUTURA – POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A partir da pesquisa foi possível perceber que, teoricamente, o modelo originalmente desenvolvido pela DW e pela EPAL parecia abarcar todos os elementos necessários para ser uma boa solução a longo prazo: viável e sustentável, adaptada às características próprias desta comunidade, aos desafios financeiros, tecnológicos e de falta de recursos humanos que a EPAL tinha. Contudo, com o passar dos anos, com a mudança de lideranças no seio das várias entidades, com a flutuação e indefinição das estruturas políticas afectas à EPAL e às Autoridades locais, com a diminuição da participação directa dos membros da comunidade, e com uma gestão financeira precária, o modelo atingiu um momento crítico, que inalterado, poderá mesmo levar à sua extinção.

Do trabalho de campo que foi desenvolvido, é bem patente que estas **ACAs conseguem ter um impacto muitíssimo positivo nas comunidades onde intervêm:**

- ◆ Tornaram-se em verdadeiras associações pela defesa dos interesses dos indivíduos, residentes, consumidores;
- ◆ Despoletaram um maior envolvimento dos habitantes dos seus bairros no âmbito de assuntos e preocupações comunitárias;
- ◆ Promoveram e contribuíram para um aumento da consciência cívica e da cidadania em geral;
- ◆ Nutriram um espírito de ajuda mútua;
- ◆ Influenciaram e promoveram a adopção de políticas e práticas de engajamento a favor dos mais pobres, em vários aspectos: i) através da gestão dos chafarizes feita pelos visados e beneficiários; fomentando o diálogo entre os agentes comunitários e autoridades locais, em prol de melhores serviços; assegurando o respeito pelas questões de género; e fomentando o aparecimento de micro-negócios;
- ◆ Contribuíram para o melhoramento do abastecimento de água (os comités de zeladores estão melhor organizados, mais preparados para lidar com situações complexas, a recolha de fundos é mais transparente, a água pode não correr mais, mas pelo menos não corre devido à inoperabilidade do chafariz, mas sim à incapacidade da EPAL para distribuir o líquido em quantidades suficientes, etc);
- ◆ Contribuíram para uma maior sensibilização dos cuidados a ter com a água e com o saneamento.

Por essa razão é impensável que se termine o projecto por aqui. É importante continuar a capacitar as ACAS para que elevem o seu capital social, incentivando-as a explorar outras áreas que gerem receitas que não só a gestão de chafarizes – algo bem presente na estratégia de apoio da DW.

Qualquer solução deve também ter em conta e tentar resolver **os maiores problemas do modelo actual: o fraco abastecimento de água e o modelo de gestão financeira que não prevê percentagem de lucros para as ACAs.**

Assim, após a observação directa dos seus espaços e algum tempo de reflexão, eis algumas sugestões como ultrapassar esta fase mais precária e de reajustamento.

5.1. REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS DE ÁGUA

Visto que um dos maiores problemas apontados pelas ACAs estava relacionado com o fraco e irregular abastecimento de água, outra forma para melhorar a situação actual seria a de investir na construção de um tanque (subterrâneo ou aéreo) com capacidade entre 10.000 e 20.000 litros. Desta forma poderia compensar-se a volatilidade do fluxo da água e assegurar um abastecimento constante e diário, gerando assim mais receitas. O sistema teria ligações directas aos vários chafarizes, nos quais existiria um contador (involto numa caixa de cimento subterrânea) que permitiria um melhor controlo do uso da água.

Tal opção requeriria no entanto um investimento inicial bastante elevado, mas permitiria estabilizar a entrada mensal de lucros. Outro problema provável seria a dificuldade inicial para encher o tanque, mas tal poderia vir a ser colmatada através da transferência de água apartir dos camiões cisterna da EPAL.

Figura 6 Sistema de Abastecimento de um Operador Privado em Maputo



Autoria: Mariana Matoso

5.2. CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES DE ÁGUA

Outra opção que poderia vir a ser explorada seria a da construção de quiosques de água tais como aqueles que têm vindo a ser implementados nos bairros peri-urbanos de Maputo. Neste caso, cada chafariz seria integrado num pequeno quiosque que venderia também outros produtos maioritariamente que ver com as lides domésticas. De novo é um modelo que exigiria um certo investimento inicial mas que poderia assegurar um fluxo de receitas melhor. Esta ideia foi sugerida ao membro da ACAP que foi entrevistado, mas recebeu uma recepção negativa. Para a associação, a construção de um quiosque poderia gerar alguns conflitos com as barracas de comércio que já existem no bairro e denegrir a imagem da associação pois tornar-se-ia numa concorrente. Como sugerido pela DW, uma forma de ultrapassar essa questão seria a de concentrar a venda dos produtos no quiosque a materiais relacionados com a água (produto certeza, bidons, etc), mantendo assim a temática da Associação.

De realçar que em Maputo estes quiosques estão a cair em desuso e alguns deixaram mesmo de

operar. Isto não se deveu a uma má recepção da comunidade (antes pelo contrário), mas sim ao facto de que as pessoas deixaram de usar os chafarizes porque grande parte das casas no bairro já terem acesso a uma torneira no seu quintal.

Figura 7 Quiosque de Água Bairro Hulene B Maputo



Autoria: Mariana Matoso

5.3. ACA SER UM 'INSTITUTO' DE FORMAÇÃO

Uma outra opção a considerar e que não implicaria um investimento de capital inicial tão elevado como as anteriores, seria a de começar a cobrar por uma taxa de inscrição, simbólica, pelos seminários e palestras administrados, sendo que a ACA teria que assegurar que poderiam oferecer um leque de tópicos ainda mais variado. Para além disso, seria interessante se a associação começasse ela própria a fazer acções de formação por exemplo em: informática, culinária, contabilidade, administração, etc. Em vez de recrutar os interessados e enviá-los para um centro de formação, talvez fosse possível que a DW pagasse pela 'formação de formadores', que por sua vez fariam parte da Associação e dariam cursos abertos à comunidade (que de novo pagaria uma taxa simbólica por participar). Nas suas sedes, e se tivessem computador, as ACAs poderiam também prestar serviços à comunidade ao nível de transcrição de documentos.

5.4. RECOLHA DE LIXO

Á semelhança do que já acontece também com outras organizações comunitárias de base em Maputo, a ACA poderia tentar organizar um sistema de recolha de lixo porta à porta. Neste sistema os residentes põe o seu lixo em frente da sua casa e este é recolhido diariamente por dois empregados da associação que percorrem todo o bairro com uma 'tchova' e que depois vão depositar o lixo recolhido num contentor já no limite do bairro. Por sua vez este contentor é recolhido pela empresa pública e o seu conteúdo depositado na lixeira municipal (ver conjunto de figuras abaixo).

Figura 8 Recolha de lixo porta à porta - Maputo



Autoria: Mariana Matoso

Neste modelo, todos os residentes do bairro pagam uma taxa semanal por esta recolha de lixo o que permitia auferir bons rendimentos à associação, que por sua vez também recebia um x pelo lixo que a entidade municipal recolhia.

ANEXOS

ANEXO 1: PERFIL DAS ACAs ENTREVISTADAS

PERFIL #1: ASS. COMITÉS DE ÁGUA PARA O PROGRESSO COMUNITÁRIO (ACAPC)

MUNICÍPIO:	Sambizanga	COMUNA:	Sambizanga
BAIRRO:	Ngola Kiluanje	NR. HABITANTES:	250.000
NR DE CHAFARIZES:	37	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Sem informação
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	74	NR. MEMBROS 2013:	83
ENTREVISTADO:	Venâncio Camena	Secretário-Geral	

Constituída a 11 de Abril de 2002, a ACAPC representa a verdadeira génese das ACAs e ainda hoje é a principal dinamizadora deste grupo de Associações em Luanda. É a esta organização que as outras ACAs recorrem para obter inspiração, orientações e mesmo treinamento. Em conjunto com a DW, a ACAPC já ajudou a organizar 10 outras associações.



O primeiro presidente desta ACA foi Pedro Raimundo Moziva, então representante da Comissão de Moradores, mas actualmente a ACAPC é liderada por , presidente desde x. O entrevistado foi o Venâncio Camena, que já foi Presidente e que neste momento ocupa o cargo de Secretário-geral. Tendo passado por todas as funções possíveis, o Sr. Camena advertiu que este seria o último ano que faria parte da associação sendo que tem vindo a preparar terreno para uma nova geração de líderes dentro da sua comunidade que ocupem o seu lugar. Para além de ocupar este cargo não remunerado, o Sr. Camena é também motorista e mobilizador social. Para ele, os motivos por detrás da sua participação com a ACAPC têm que ver com uma vontade profunda e pessoal de estar envolvido no desenvolvimento da sua comunidade.

Número de filiados: Tendo sido constituída no seguimento do modelo inicial desenvolvido pela DW, na ACAPC cada chafariz continua a ser gerido por dois zeladores, por isso, esta associação é a que conta com o maior número de afiliados. Entre 2002 e 2013, houve um aumento de 74 para 83 membros, dos quais só 8 não são zeladores e se concentram apenas a exercer cargos ao nível da Direcção – de acordo com o entrevistado esta foi uma decisão estratégica para assegurar uma melhor supervisão dos chafarizes e não sobrecarregar os membros.

Missão da ACAPC: em linhas gerais, a associação, tal como determinado nos seus estatutos, promove o desenvolvimento comunitário e pretende contribuir para o reforço e melhoria das condições dos municípes.

Reconhecimento institucional: para além do certificado de reconhecimento atribuído pela Administração Local, em 2004 a ACAPC tornou-se na primeira ACA a obter cunho jurídico atribuído pelo Ministério da Justiça. De acordo com o entrevistado, foi um processo muito complicado, pois não havia directrizes claras sobre que papelada reunir, mas cujo acompanhamento directo da DW foi essencial para que fossem bem sucedidos. A aquisição deste estatuto legal trouxe muitos benefícios porque permitiu abrir conta bancária, reforçou a imagem da ACAPC perante os doadores

internacionais e aumentou a credibilidade dos seus pareceres.

Principais actividades: uma vez que já está em funcionamento faz 11 anos, esta é uma das associações cujo portfolio de actividades é maior e mais diversificado. Assim, para além de assegurarem a distribuição de água através dos chafarizes, a ACAPC está envolvida na educação cívico-eleitoral, para a saúde e educação primária, sendo que as suas acções têm-se também centrado na igualdade do género no âmbito da governação. Outro elemento muitíssimo importante, é que esta é a única associação de entre as 17, que foi capaz de reinvestir o capital adquirido na venda de água na criação de infra-estruturas sociais.⁸

Maiores desafios: durante o último ano, o maior desafio da ACAPC continua a ser o de manter a sustentabilidade do abastecimento de água e o de expandir a água a outros bairros. Para além disso, a capacitação dos membros nem sempre é uma tarefa fácil, nem mesmo o esforço de consolidação de colaboração com outras organizações.

Estratégia para o futuro: um dos grandes objectivos é o de encontrar novos financiadores e nesse sentido a ACAPC pretende melhorar a sua capacidade de divulgar as actividades realizadas, pelo que estão em vias de editar uma brochura. Para além disso, esperam também vir a fortalecer melhor as colaborações entre a ACAPC e outras entidades como EPAL e financiadores.

Relação Institucional com outras entidades: quando questionado sobre o relacionamento da ACAPC com as Autoridades Locais (AL) e a EPAL, o entrevistado declarou que em ambos os casos eram boas. Em relação à AL constatou-se que em todos os processos as duas entidades estavam sincronizadas e que eram sempre convidados para participar nas actividades de consulta à comunidade. Quanto à EPAL, houve um reconhecimento de que forneciam água com bastantes dificuldades, mas que a parceria em si é boa e que os canais de comunicação estão sempre abertos. Salientou-se também que por vezes é a própria EPAL que pede ajuda à ACAPC para resolver questões mais técnicas. Contudo, têm havido alguns problemas com esta entidade, nomeadamente: constrangimentos provocados pelo fraco abastecimento, atrasos na resolução de rupturas e atritos no próprio modelo de gestão.

Chafarizes e Zeladores: a ACAPC é responsável pela gestão de 37 chafarizes, sendo que 13 dos quais não jorram água por baixa pressão. De qualquer maneira, até agora esta foi a única associação com



⁸ Um exemplo é o CIC – centro infantil comunitário. Aqui as mães podem deixar as suas crianças enquanto vão trabalhar, e pagam um terço do custo cobrado por outras creches privadas. Durante o dia as crianças recebem almoço e lanche e são acompanhadas por 3 educadoras que não recebem qualquer remuneração. Este centro já consegue também apoiar crianças com deficiências, sendo que em 2013 estavam responsáveis por uma criança cega.

capacidade financeira para construir um novo chafariz com os seus próprios fundos, sendo que em Março de 2013 esperam vir a construir mais 3, também auto-financiados. A monitoria dos chafarizes e dos zeladores é feita através de visitas constantes de um membro da Direcção ao local de trabalho, e um encontro mensal com todos os zeladores participantes da associação. Os maiores problemas que a ACAPC se tem vindo a deparar são as constantes avarias das torneiras e a falta de água, o que gera um ambiente de animosidade direccionado à própria associação.

Modelo de gestão financeira: a ACAPC é a única associação que foi capaz de manter o modelo de gestão de fundos inicialmente esboçado e acordado entre a DW e a EPAL. Desta forma, ainda é o modelo de percentagens que vigora. Assim, dos 35% que a ACAPC recebe mensalmente, 25% são gastos na manutenção dos chafarizes e a restante percentagem é gasta no pagamento da renda do CIC, em material do escritório e em actividades de sensibilização comunitárias. Apesar da associação ter demonstrado capacidade para, através deste modelo, reinvestir parte do lucro da venda de água na diversificação do seu impacto social, o entrevistado salientou que os 35% não são ainda suficientes para assegurarem uma sustentabilidade futura. O maior problema que continua a desequilibrar o modelo é o muitíssimo fraco e irregular abastecimento da EPAL, o que provoca variações nos lucros gerados e torna quase impossível executar uma previsão anual das receitas que poderão advir da venda de água. Para colmatar esta situação e assegurar que existe uma renda mensal a entrar nas contas da ACAPC, optou-se pela introdução do pagamento de cotas mensais (no valor de 100kwz) por todos os membros da Associação (inclusivé zeladores). Mas a ACAPC também acredita que a solução deveria passar por uma reestruturação das percentagens: uma vez que a EPAL não consegue assegurar uma distribuição consistente, deveria passar a receber uma menor percentagem dos lucros – de acordo com o entrevistado, a ACAPC deveria passar a receber 70% dos lucros.

Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz (água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)⁹

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 KZ POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Associativismo c/ Cotas</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	23,520 Kz (30%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	7,840 Kz (10%)
ACA	7,840 Kz (10%)	7,840 Kz (10%)
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	19,600 Kz (25%)
Zelador	19,600 Kz (25%)	19,600 Kz (25%)
Cotas (83 afiliados/100kz)	-	8,300 Kz
Total	78,400 kz	86,700

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? O modelo de gestão financeira e a incapacidade da EPAL para abastecer água.

⁹ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

PERFIL #2: **ASS. COMUNITÁRIA DE MORADORES 4 DE ABRIL**

MUNICÍPIO:	Cacuaco	COMUNA:	Kikolo
BAIRRO:	Comandante Bula	NR. HABITANTES:	57.000
NR DE CHAFARIZES:	15	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Bairro por cadastrar
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	30	NR. MEMBROS 2013:	22
ENTREVISTADO:	Fortunato Boena	Coordenador	

Constituída a 06 de Novembro de 2008, o seu primeiro presidente é até à data o mesmo (o que neste caso corresponde à pessoa entrevistada), o Sr. Fortunato Boena. Sendo funcionário público por profissão, a sua participação directa na Associação deve-se ao sentido de servir o bem comum e a comunidade do seu bairro.

Número de filiados: Com a euforia inicial da constituição de uma associação comunitária, muitas pessoas tinham interesse em fazer parte desta estrutura. Assim, em 2008, quando fundada, a Associação tinha 30 membros afiliados (dos quais apenas 8 eram zeladores). Contudo, desde então tem-se vindo a assistir a uma grande desmobilização despoletada pela falta de água e conseqüente quase paralisia da associação. Assim, em 2013, a Associação tem 22 membros, dos quais 7 pertencem à direcção e 15 são zeladores.



Missão da Associação: para além dos objectivos mencionados nos estatutos, esta Associação pretende ser um veículo através do qual se ultrapassem, de forma colectiva, problemas relacionados com a água, a energia e o saneamento básico.

Reconhecimento institucional: para além do certificado de reconhecimento atribuído pela Administração Local, esta Associação adquiriu o seu estatuto legal em Janeiro de 2013, de novo com o apoio da DW. Este reconhecimento era importante porque a Associação quer-se tornar num parceiro de desenvolvimento viável e acreditam que irá facilitar novas colaborações futuras com outros parceiros. Graças a este estatuto também já foi possível abrir uma conta bancária (do tipo solidária e não lucrativa).

Principais actividades: de acordo com o entrevistado, actualmente as actividades da Associação estão limitadas à sensibilização da comunidade ao nível de saneamento básico, a campanhas de limpeza e tratamento de água potável.



Maiores desafios: Os principais desafios estão relacionados com a existência de poucos chafarizes o que não permite à Associação abastecer grande parte da população ou auferir mais lucros. Outro problema relaciona-se com a gestão de conflito

constante que a relação com a Comissão de Moradores tem exigido.

Estratégia para o futuro: No futuro próximo preve-se a construção de novos chafarizes e de outras estruturas comunitárias como uma lavandaria e um tanque reservatório.

Relação Institucional com outras entidades: quando questionado sobre o relacionamento com a Autoridade Local (AL) e a EPAL, o entrevistado declarou que onde há maiores atritos é com a AL, mais precisamente a Comissão de Moradores. Aparentemente os seus membros têm vindo a acusar a própria ACA de não assegurar água à população, denegrindo assim a imagem desta associação. No que concerne a EPAL, o nível de colaboração é melhor, ainda que tenham alguns problemas com ligações ilegais feitas pelos próprios funcionários da empresa (os garimpeiros) e desaparecimento de dinheiro que deveria ser entregue a esta entidade.¹⁰

Chafarizes e Zeladores: esta associação é responsável por 15 chafarizes, dos quais 7 já foram construídos depois de 2008. Esta foi a única associação a revelar que 2 dos seus chafarizes tinham sido apoderados pela Comissão de Moradores uma vez que esta não reconhecia a ACA como uma entidade legal com capacidade devida para gerir estas infraestruturas (chegando mesmo ao ponto de querer que esta fosse destituída). Contudo, a direcção tem exercido um grande esforço na tentativa de recuperação destes chafarizes e em Janeiro deste ano conseguiu recuperar um deles. Depois de recorrer à Administração Comunal, de mobilizar a população e se engajar com a própria Comissão de Moradores, finalmente o privado que geria este chafariz decidiu abdicar dele.¹¹ A monitoria dos chafarizes faz-se diariamente via telefónica e encontros semanais. Um dos problemas maiores que encontram neste processo de vistoria, é a solicitação de ligações anárquicas por parte da população – um reflexo provável das graves necessidades de água que o bairro enfrenta. Nesta associação, não era habitual proceder ao registo do fluxo de água.

Modelo de gestão financeira: tal como a maioria das Associações entrevistadas, também esta, inicialmente tinha encetado actividade através do modelo de percentagens introduzido pela DW. Contudo, o modelo vigente actual é o modelo da EPAL. Esta alteração deu-se por pressão da própria empresa pública em meados de Março/Abril de 2012. Tal como estipulado neste modelo, a ACA deixa de receber qualquer percentagem do lucro da venda de água. Contudo, para ultrapassar e compensar esta situação, a Associação decidiu adoptar duas estratégias: 1) na semana 4 de recolha de fundos (que neste novo modelo fica a reverter para o zelador), a associação resolveu ficar com o lucro de dois dias por mês de venda de água, enquanto que o zelador, já só recebe a soma total dos restantes 5 dias; 2) também se procedeu à introdução do sistema de cotas, que neste caso, requer um pagamento de 500Kwz mensais por todos os seus filiados. É o lucro dos dois dias de venda de água e das cotas que tem assegurado, por exemplo: novas pinturas para os chafarizes, para comprar novas torneiras, lidar com rupturas mais simples e organizar palestras sobre saneamento e seminários sobre água potável. Muitas vezes, quando na 4a semana do mês não corre qualquer água

¹⁰ É importante lembrar que esta Associação só procedeu à abertura de conta em Janeiro do corrente ano, pelo que só agora irá ser capaz de fazer um monitoramento melhor da recolha de fundos ao nível dos chafarizes e de como são distribuídos à posteriori.

¹¹ A situação foi de tal forma crítica que, por pressão da comunidade, este indivíduo teve mesmo que mudar-se para outro bairro, uma vez que também incurria em taxar mais pela água que vendia (10 kwz em vez das 5 kwzs pré-estabelecidas com a EPAL para a revenda de água nos chafarizes).

e o zelador fica sem receber o seu 'estímulo', é a associação quem também decide compensá-lo e assim contribuir com parte da sua remuneração. De acordo com o entrevistado, para serem sustentáveis no futuro, a Associação precisaria de estar a reunir por mês uns 400.000 Kwz. O que, mesmo com o modelo anterior das percentagens, está muito acima da capacidade de geração de renda real como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz (água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹²

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 Kz POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	58,800 Kz (75%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	5,488 (7%) – 2 dias por mês -
Zelador	19,600 Kz (25%)	14,112(18%) – 5 dias por mês
Cotas (22 mem/300kz)	-	6,600 Kz
Total	78,400 kz	85,000 Kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? O modelo de gestão financeira. Como se pode ver na tabela acima, actualmente esta Associação depara-se com uma situação financeira que a longo prazo será insustentável. Neste modelo, os fundos recolhidos através da venda de água não contemplam um pagamento à ACA pelo que todas as actividades comunitárias e de gestão estão a ser asseguradas pelas cotas dos membros e por 7% do lucro geral (num cenário ideal – quando entrevistado, o membro de direcção referenciou mesmo que muitas vezes a Associação não chega a ver esses 7%, uma vez que a água poderá não correr na semana 4 do mês ou esse dinheiro tenha que ser usado para pagar o zelador).

¹² Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

PERFIL #3: ASS. FONTE DE VIDA (AFV)

MUNICÍPIO:	Cacuaco	COMUNA:	Kikolo
BAIRRO:	Combustível	NR. HABITANTES:	17,000
NR DE CHAFARIZES:	10	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Bairro por Cadastrar
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	21	NR. MEMBROS 2013:	13
ENTREVISTADO:	Pedro Augusto		Presidente da Direcção

A AFV foi constituída a 13 de Novembro de 2008. O Presidente actual é o sr. Pedro Augusto que se decidiu candidatar pela importância do projecto em si e por achar que, como membro da comunidade, tinha por obrigação envolver-se nos aspectos relativos ao seu desenvolvimento. A sua profissão principal é ser educador.



Número de filiados: Em 2008 integravam a AFV 21 membros, contudo, tem-se vindo a assistir a um decréscimo do número de afiliados, pelo que em 2013, já só 13 pessoas faziam parte da associação (10 dos quais zeladores). Este fenómeno terá sido provocado pela necessidade dos próprios membros de encontrarem actividades remuneradas, uma vez que o trabalho comunitário não contempla o pagamento de qualquer subsídio (e requer ainda o pagamento de uma cota mensal – “é preciso ter muito amor à camisola” como dizia o entrevistado).

Missão da AFV: O maior objectivo da associação é o de melhorar o atendimento de água à população e encontrar mecanismos para incentivar o saneamento básico e a recolha de lixo.

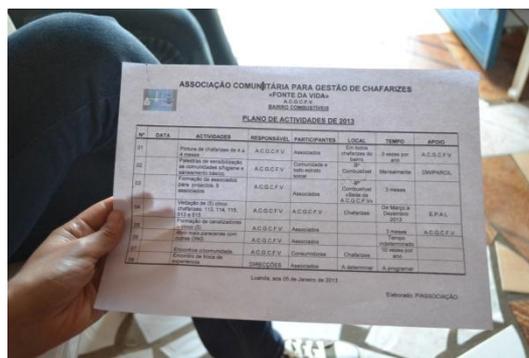
Reconhecimento institucional: para além do certificado de reconhecimento atribuído pela Administração Local, esta Associação adquiriu o seu estatuto legal em Janeiro de 2013, com o apoio da DW. Contudo, ainda não sentiram o efeito deste novo estatuto nas actividades da organização (nem mesmo na obtenção de uma conta bancária uma vez que ainda não iniciaram esse processo), mas esperam usá-lo como ponto de referência para abordar potenciais parceiros e doadores. Este estatuto, incorreu num gasto de 120.000 Kwz, valor pago pela DW.

Principais actividades: De acordo com o entrevistado a AFV tem apostado no desenvolvimento da sua comunidade através da planificação de debates e palestras e assim moldando novos comportamentos ao nível de hábitos de higiene, manutenção da limpeza das ruas, entre outros. Parte do trabalho da associação também implica ajudar no processo de formação de canalizadores que trabalhem para a AFV, através do recrutamento de jovens que estejam interessados nesta profissão. Este treino é efectuado pela EPAL, com os custos pagos pela DW.

Maiores desafios: Nos últimos anos, os maiores desafios com que a AFV se tem deparado têm sido ao nível do abastecimento de água. Tanto ao nível de falta de água, como ao nível da própria pressão

com que é distribuída. Por exemplo, entre Janeiro e Abril de 2012 os chafarizes tiveram que fechar por não haver mesmo água. Assim que retornou, assistiu-se a um pioramento grave ao nível de pressão nos vários chafarizes, por um lado porque a EPAL tem levado a cabo outros projectos (como a montagem de ligações domésticas) o que veio pôr pressão no sistema já existente, e por outro, porque as ligações ilegais continuam a ser um problema recorrente. Outro desafio relacionado com os chafarizes tem sido assegurar a sua conservação e manutenção. A AFV também identificou como outros problemas: o asseguramento da qualidade da água e a sensibilização da população para usar o produto certeza com regularidade; bem como a falta de saneamento básico.

Estratégia para o futuro: A estratégia para 2013 procura assegurar a manutenção dos chafarizes através da pintura trimestral dos mesmos e da criação de vedação em 5 chafarizes a ser construída em 9 meses. Também se irá apostar na capacitação e formação de pessoal para integrar e trabalhar directamente na AFV (5 associados e 5 canalizadores), e continuar o trabalho de aprofundamento comunitário através de encontros, reuniões, palestras e troca de experiência. A AFV também espera vir a estabelecer novas parcerias com outras ONGs.



Relação Institucional com outras entidades: a este nível, foi-nos indicado a relação entre a AFV e a Autoridade Local poderia ser melhor no sentido em que a associação sente muita pressão por parte da comissão de moradores. Este constrangimento surge na aparente falta de entendimento entre estas duas instituições ao nível de responsabilidades e campo de acção de cada uma delas. De acordo com a AFV, a comissão interfere demasiado nos seus assuntos, não respeita os limites e isso gera grandes tensões e impasses. Um elemento referido e que poderá estar na base deste relacionamento, é o baixo nível de escolaridade dos membros da Comissão e um entendimento claro do papel da AFV no desenvolvimento do bairro. Quanto à EPAL, a AFV parece não ter qualquer problema e as relações são boas.

Chafarizes e Zeladores: esta associação é responsável por 10 chafarizes e desde a sua constituição que não tiveram capacidade para construir mais. De acordo com o entrevistado, parte do bairro ainda não tem ramal e por isso não é possível contruir chafarizes e como esta não é uma área de competência da AFV nada pôde ser feito. Ao nível da monitorização, esta é feita ao nível diário, onde o membro do conselho fiscal se desloca fisicamente ao chafariz para avaliar a sua performance. Os maiores problemas encontrados nos chafarizes eram os conflitos constantes entre a comunidade que vinha comprar água – mas esta situação já parece ter sido resolvida.

Modelo de gestão financeira: inicialmente também a AFV tinha encetado actividade através do modelo de percentagens introduzido pela DW. Contudo, o modelo actualmente vigente é o modelo da EPAL em vigor desde Março de 2012. Tal como estipulado neste modelo, a ACA deixa de receber qualquer percentagem do lucro da venda de água. Contudo, para ultrapassar e compensar esta situação, a Associação procedeu à introdução do sistema de cotas, que neste caso, requer um pagamento de 500Kwz mensais por todos os seus filiados. É apartir deste fundo que a AFV paga pela manutenção e reparação dos chafarizes e para pagar o ‘estímulo’ ao zelador quando na semana 4 do

mês não há água e não é possível obter-se lucro para pagar esta ‘renda’. Quando questionado quanto dinheiro idealmente seria necessário para assegurar a continuidade e sustentabilidade AFV a longo prazo, foi-nos indicado que no mínimo se precisaria de 300,000 kwz.

**Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz
(água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹³**

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 Kz POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	58,800 Kz (75%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	-
Zelador	19,600 Kz (25%)	19,600 kz (25%)
Cotas (13 mem/500kz)	-	6,500 Kz
Total	78,400 kz	85,000 Kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? Mais uma vez, a resposta foi o modelo de gestão. Tal como se pode ver no quadro acima, no caso da AFV, a associação não retém qualquer percentagem do lucro da venda de água para as suas actividades e nem mesmo para o fundo de manutenção do próprio chafariz. Ambos estes gastos são assegurados apenas pelo pagamento das cotas.

¹³ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

PERFIL #4: **ASS. ESPERANÇA VIVA NASCENTE (AEVN)**

MUNICÍPIO:	Cacuaco	COMUNA:	Kikolo
BAIRRO:	Augusto Ngula	NR. HABITANTES:	237,350
NR DE CHAFARIZES:	40	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Bairro por Cadastrar
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	25	NR. MEMBROS 2013:	46
ENTREVISTADO:	Carlos Manuel Zinga	Presidente	

Constituída a 25 de Novembro de 2008, o seu primeiro presidente foi Elias Cipriano, engenheiro formado nas Forças Armadas. Actualmente quem preside a Associação é o Sr. Carlos Manuel Zinga, técnico electrónico de formação e que assume este cargo desde Abril de 2012. Ele decide candidatar-se à presidência por sentir um forte chamamento para ajudar a comunidade a enfrentar os seus desafios. Como disse na sua



entrevista: “Depois da guerra, havia muita coisa para fazer e como não se pode esperar que o governo consiga alterar integralmente a situação, eu senti que era altura de contribuir para que a comunidade se organizasse e tomasse responsabilidade pelo seu próprio progresso”.

Número de filiados: De todas as associações entrevistadas esta foi a que observou um maior crescimento do número de associados. Entre 2008 e 2013, o número aumentou de 25 para 46 sendo que actualmente 6 afiliados pertencem à direcção e 40 são zeladores.

Missão da AEVN: De acordo com o entrevistado, actualmente a associação está a tentar desenvolver a componente do saneamento básico pois identificou-se uma grande incapacidade ao nível governamental para lidar com esta problemática. Ao nível do sector da água, tem-se vindo a fazer um grande esforço para assegurar que a água não falte e assim uma das grandes missões tem sido a de estabelecer boas relações com a EPAL para que a cooperação entre as duas entidades seja produtiva.

Reconhecimento institucional: Em setembro de 2010 a AEVN conseguiu o certificado de admissibilidade pelo Ministério da Justiça. Contudo, dado um conflito gerado pela denominação da Associação o processo ficou interrompido e só a 26 de Novembro de 2012 conseguiram finalmente adquirir estatuto legal. Uma vez adquirido este estatuto, a Associação passou a sentir que finalmente é uma entidade com total personalidade jurídica o que significa que o governo apoia e reconhece directamente o seu valor no âmbito das actividades que faz no seio da comunidade. Este elemento também lhe permitiu abrir uma conta bancária.

Principais actividades: Á semelhança das outras Associações também a AEVN desenvolve palestras, debates e formações no âmbito de água, saneamento e outras áreas. Por exemplo, esta ACA organiza formação de técnicos de mobilização social, formação no tratamento de água com o produto certeza, formação em canalização, ligações e contadores de água, formação em resolução de conflitos na comunidade, formação nas áreas de finanças, administração, projectos, etc. Ao todo, no âmbito

deste programa de capacitação, já formaram 45 pessoas – o que, de acordo com o entrevistado, continua a ser muito pouco, especialmente porque é necessário assegurar um envolvimento dos jovens ainda maior. De qualquer maneira estes agentes comunitários têm um papel pivot, uma vez que trabalham de muito perto com a AEVN, com a Comissão de Moradores e com a Secção de Saúde do bairro. Ao nível das palestras, a associação faz um balanço positivo no sentido que, apesar de faltar mobilização, a situação por exemplo de cuidados com a higiene e saneamento tem melhorado – e o resultado é bem visível: diminuição do número de casos com malária, sarampo e cólera. Até 2013, a AEVN também já tinha assegurado a construção de 40 latrinas melhoradas com despecho manual.

Maiores desafios: Os maiores desafios apresentados pela Associação estão relacionados com o combate à fome e à pobreza que afecta a comunidade. Para além do mais, a AEVN sente que por vezes é difícil envolver a comunidade nos debates e assim melhorar os seus níveis de conhecimento de certos problemas e suas soluções. Como agentes que procuram assegurar a *pax* comunal, o entrevistado sente que é preciso um esforço ainda maior no envolvimento e participação da própria comunidade. Os residentes deste bairro têm colocado bastante pressão na ACA para melhorar a situação de abastecimento de água e saneamento – contudo, como diz o entrevistado, o bairro é muito extenso e infelizmente a responsabilidade de provisionamento deste bem não cabe só à AEVN.

Estratégia para o futuro: a este nível a AEVN vai procurar continuar a assegurar que a sua acção se complemente com o programa de água nacional do governo e da EPAL (especialmente com o plano de instalação de 700.000 ligações domiciliárias). Nesse sentido, a associação espera conseguir assegurar que a conduta de água seja expandida para outras áreas não cobertas no bairro, para que se possam construir mais chafarizes. Ao nível do saneamento e recolha de lixo, o entrevistado mencionou que esperavam expandir o raio de intervenção da AEVN para que a sua acção chegasse a mais residentes. Esta associação foi a única a mencionar directamente a importância de assegurar uma colaboração estreita com o governo local e agir como seu verdadeiro parceiro (por exemplo, “tapando buracos e melhorando as vias, apostando na empregabilidade juvenil”).

Relação Institucional com outras entidades: em geral a AEVN mantém boas relações tanto com a EPAL como com a Autoridade Local (especialmente depois desta ter dado o seu aval e reconhecido que deveria ser a AEVN a tomar liderança nas questões que involvessem distribuição de água no bairro). Ao nível da EPAL, o entrevistado salientou que o canal de diálogo entre a associação e a área técnica e comercial da empresa funcionava bem, contudo, ao nível operacional esta ainda teria muito trabalho pela frente. Por exemplo, apesar da EPAL ter uma boa capacidade de intervenção, esta torna-se insuficiente tendo em conta a vastidão da sua área de operações. Para além do mais, o facto de recorrer a técnicos e tecnologias de origem chinesa nem sempre facilita o processo de reparação, uma vez que em muitas situações, quando os técnicos angolanos querem concertar a infra-estrutura não o conseguem fazer porque o material de apoio está escrito numa língua estrangeira. Todas estas situações contribuem para aumentar a insuficiente capacidade da empresa para lidar com todos os problemas da rede de distribuição. Nesse sentido, esta ACA intervém para mitigar estes efeitos e colaborar directamente com a EPAL (mesmo que para isso, por vezes, a ACA tenha que recorrer ao mercado informal).

Chafarizes e Zeladores: Desde 2008, esta associação foi responsável pela construção de mais 2 chafarizes, o que faz com que em 2013 esteja responsável por 40 infra-estruturas. Contudo, apenas 17 destes chafarizes se encontram em pleno funcionamento pelo que em todos os outros ora há avarias regulares, ora há rupturas nas condutas (provavelmente provocadas pelo material utilizado pelos chineses na tubagem que colocaram). Estes chafarizes são monitorizados pelos membros do conselho fiscal que diariamente passam pela infra-estrutura, verificam o seu estado e recolhem informação através do zelador (esta foi a única organização das 7 entrevistadas que mantinha um registo do fluxo de água mensal para cada chafariz em funcionamento). Ao nível dos problemas mais encontrados no âmbito deste processo, os indicados foram essencialmente dois: a gestão de conflitos entre usuários e o zelador, bem como a falta de infra-estrutura apropriada como vedação e sombra no chafariz.

Modelo de gestão financeira: inicialmente também a AEVN tinha encetado actividade através do modelo de percentagens introduzido pela DW. Contudo, o modelo actualmente praticado é o da EPAL em vigor desde Abril de 2012. Para assegurar que a ACA consegue ter algum fundo de maneo e assegurar a gestão dos chafarizes, introduziu-se também o sistema de cotas, no qual todos os associados pagam 300 kwz por mês. Este 'lucro' mensal é para ser utilizado em situações de emergência (como por exemplo para pagar o zelador se na semana 4 a água não corre), para comprar material didático para o escritório, para impressões, cópias, etc.

**Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz
(água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹⁴**

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 KZ POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	58,800 Kz (75%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	-
Zelador	19,600 Kz (25%)	19,600 kz (25%)
Cotas (46 mem/300kz)	-	13,800 Kz
Total	78,400 kz	92,200 Kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? Quando questionado sobre qual o maior obstáculo ao crescimento da ACA, o entrevistado foi muito claro: o modelo financeiro. De acordo com ele, este modelo em conjunção com o facto de que entre meados de 2011 e finais de 2012 os chafarizes tiveram uma operacionalidade bastante reduzida (provocada pela falta de água no bairro), fez com que a AEVN ficasse numa situação muito crítica e que até agora tivesse apenas elaborado um projecto dada a falta de fundos (a certa altura a organização tinha apenas reunido

¹⁴ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

7,000 kwz durante 6 meses). O entrevistado também mencionou que este modelo teve um impacto muito negativo nas relações entre a direcção e os zeladores, bem como entre a ACA e a EPAL.

PERFIL #5: **ASS. DE MORADORES DE GESTÃO COMUNITÁRIA (AMGC)**

MUNICÍPIO:	Viana	COMUNA:	Viana II
BAIRRO:	Moxico	NR. HABITANTES:	
NR DE CHAFARIZES:	5	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Bairro por Cadastrar
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	30	NR. MEMBROS 2013:	20
ENTREVISTADO:	José Xavier Baptista	Presidente	

Em representação das ACAs constituídas em 2010, a equipa escolheu a AMGC, desde então liderada por José Xavier Baptista (professor da 3ª classe), cujo motivo para se candidatar se prende com a sua vontade para contribuir para o melhoramento da situação de água e saneamento do bairro. Esta associação está aberta apenas no horário da manhã, entre as 8hrs e as 12hrs.



Número de filiados: o número de associados tem vindo a diminuir desde a constituição da Associação, de 30 membros em 2010 passou para 20 em 2013 (10 dos quais continuam a ser zeladores). Esta tendência está relacionada com o facto do trabalho não ser remunerado e isso leva a que grande parte dos participantes tenha que deixar a associação para assegurar o seu rendimento.

Missão da AMGC: para além de assegurar o abastecimento de água no bairro, esta associação está bastante vocacionada para a formação profissional básica.

Reconhecimento institucional: Esta associação ainda não tem estatuto legal porque como está ainda a dar os primeiros passos não tem conseguido lidar muito com o nível de burocracia que esse processo envolve. Por este motivo, a AMGC ainda não tem conta bancária.

Principais actividades: Para além de promover a organização de palestras e outras sessões de sensibilização no âmbito da água e saneamento, a AMGC está envolvida na promoção de cursos de canalização, culinária, informática e decoração. Enquanto que a DW apoia com o pagamento da inscrição, a AMGC tem que assegurar que os participantes após conclusão do curso consigam arranjar um emprego.

Maiores desafios: O maior desafio que a associação tem sido neste último ano tem sido ao nível de angariação de fundos para todas as suas actividades. Mas também se queixam de falta de transporte para dar apoio à equipa quando esta se desloca para fazer as palestras, e da falta de dois computadores (pois tudo é ainda escrito à mão).

Estratégia para o futuro: no futuro a AMGC gostaria de apostar mais no apoio social às camadas mais jovens e assim está no seu plano construir uma creche. Outras actividades que gostariam de assegurar era a criação de uma academia de futebol para crianças entre os 10-17 anos e promover “Natais” na comunidade. Tudo isto para assegurar que a juventude não se torne delinquente e caia na

violência.

Relação Institucional com outras entidades: A este nível a AMGC indicou que existem boas relações tanto com a EPAL (que tem cooperado tecnicamente), como com a Autoridade Local (que tem apoiado o trabalho da associação). Contudo, o entrevistado apontou alguns problemas que a AMGC tem tido com a EPAL, por exemplo: a equipa técnica demora a intervir, a pressão da água em um chafariz é muito baixa e o modelo financeiro que agora implementaram deixa muito a desejar.

Chafarizes e Zeladores: desde que a AMGC iniciou actividades que o número de chafarizes tem sido sempre o mesmo – 5. Construídos segundo o modelo da UNICEF, em geral, nenhum dos chafarizes tem grandes problemas com água à excepção de um, onde a pressão é fraca. Em cada um dos chafarizes trabalham 2 zeladores. A monitoria é feita através de uma reunião semanal (todas as quintas-feiras) onde todos os zeladores aparecem e fazem uma avaliação de como a semana correu ao nível organizativo e operacional. Para além desta reunião, o presidente da direcção executiva também faz um acompanhamento diário, visitando todas as infraestruturas. Os problemas mais comuns encontrados neste processo são: questão da dificuldade de atendimento à população (assegurar que não há conflito, que a fila está ordenada) e falta de capacidade do zelador para lidar com situações mais conflituosas e tensas que possam advir da interacção com os consumidores.

Modelo de gestão financeira: no início também a AMGC tinha adoptado o modelo de percentagens do LUPP. Contudo, em março de 2012 foi forçada, pela EPAL, a alterar significativamente a estrutura desse modelo. Assim, desde então, o modelo seguido tem sido o comercial (Semana 1, 2 e 3 do mês ficam com a EPAL e semana 4 fica com o zelador). Com intento de tentar mudar esta estrutura, a AMGC procurou estabelecer alguns contactos com a EPAL, contudo esta sempre foi uma questão contenciosa e os litígios nunca foram ultrapassadas principalmente porque há sinais de que a empresa tem ficado o lucro total do mês sem que nem uma pequena percentagem seja revertida para o zelador. Assim, é neste âmbito que a AMGC decide então introduzir o sistema de cotas (200kwz/mês pagos por todos os seus membros) porque de outra forma não conseguiria ter capacidade financeira para assegurar a sua sustentabilidade. É através deste fundo que se pagam despesas com: deslocações para reuniões e promoção de actividades (porque é uma associação cujo escopo de intervenção se expandiu para outros bairros), reparação dos chafarizes e pagamento ao zelador de um valor pré-estabelecido nos 1000 kwz semanais (para colmatar o apoderamento total do lucro da venda de água pela EPAL). Outra forma de colmatar a falta de meios financeiros, tem sido através da angariação de fundos via outras associações como o Conselho Nacional da Juventude ou o Clube de Amigos – no passado estas organizações já tinham feito doações que totalizam os 100.000 kwz. No entanto, a situação financeira continua ainda bastante complicada e já houve alturas em que a AMGC teve mesmo que proceder ao cancelamento de algumas das suas actividades. De acordo com o entrevistado para assegurar a sustentabilidade futura da AMGC seria preciso que esta recolhesse uma renda mensal de 200,000 Kz.

**Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz
(água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹⁵**

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 Kz POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	78,400 Kz (100%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	-
Zelador	19,600 Kz (25%)	1,000 kz (valor fixado pela ACA)
Cotas (20 mem/200kz)	-	4,000 Kz
Total	78,400 kz	83,400 Kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? O entrevistado não tem dúvidas, a raiz do problema de sustentabilidade reside no modelo de gestão financeira. Este não só diminuiu a capacidade interventiva da AMGC como retirou também bastante peso à sua autoridade. Para além disso, a introdução deste modelo fez com que mesmo para o zelador esta posição deixasse de compensar.

¹⁵ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

PERFIL #6: **ASS. RENASCER**

MUNICÍPIO:	Cazenga	COMUNA:	Hoji-ya-Henda
BAIRRO:	11 de Novembro (s.9/10)	NR. HABITANTES:	18,000
NR DE CHAFARIZES:	20	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Sem info
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	20	NR. MEMBROS 2013:	23
ENTREVISTADO:	José Veríssimo da Costa Jr.	Coordenador	

Esta associação é uma das mais recentes, tendo sido constituída a 11 de Abril de 2012. O seu único presidente até hoje tem sido o Sr. José Veríssimo da Costa Junior, gráfico de profissão, e cuja motivação para liderar a AR deriva de um profundo desejo de alterar a situação de grave carência de água que se vive no seu bairro.

Número de filiados: Entre abril de 2012 e Fevereiro de 2013 a Associação conseguiu aumentar o seu número de afiliados, passando de 20 para 23, dos quais 3 são activistas sociais que mobilizam a comunidade sobre como usar devidamente a água que consomem.

Missão da AR: O objectivo principal é o de providenciar as comunidades com água a um preço razoável e mais baixo, ajudando os mais necessitados a terem acesso a este líquido precioso.

Reconhecimento institucional: tal como era de esperar a AR está ainda em vias de se institucionalizar. Por isso, ainda não tem estatuto legal, apesar de já ter obtido reconhecimento pela administração do bairro ainda em 2012. Este elemento fez com que a AL passasse a reconhecer o papel da associação ao nível do desenvolvimento comunitário e passassem a colaborar estreitamente como parceiros. Também ainda não tem o próprio regulamento interno (adoptou o modelo sugerido pela DW) nem conta bancária (apesar de terem todos os papéis reunidos, faltam fundos para poder abrir a conta).

Principais actividades: a AR tem uma forte componente ao nível da sensibilização da população e fá-lo através de palestras na comunidade (igrejas, escolas estatais, colégios privados...). Também apoiam o governo comunal nas campanhas de limpeza das ruas e de vacinação, e asseguram a limpeza do fontanário.

Maiores desafios: a este nível o entrevistado indicou que falta ainda construir um espaço no fontanário que ofereça sombra ao zelador e aos próprios consumidores, bem como ter capacidade para substituir torneiras e problemas com os esgotos ao redor dos chafarizes.

Estratégia para o futuro: neste âmbito a AR quer assegurar que consegue consolidar a associação e por isso querem construir a sua própria sede, abrir uma escola e uma creche e ter uma sala de informática.

Relação Institucional com outras entidades: enquanto que com a AL as relações parecem ser óptimas sendo que existe um forte apoio moral à associação, o mesmo já não se parece aplicar à

EPAL. Neste caso, o entrevistado classificou o nível de relação como não muito boas principalmente porque a empresa não consegue assegurar um abastecimento de água constante. Sendo que esta entidade é a responsável, a associação já abordou a direcção comercial no sentido de tentarem alterar esta situação recorrente – sem que até agora tenha sido resolvida. Outro grande problema relacionado com a EPAL deriva da acção dos garimpeiros – parece ser prática comum que alguns empregados desta companhia, por terem conhecimento de onde a tubagem passa, fazem ligações anárquicas e ilegais, o que compromete ainda mais o fluxo da água nos vários chafarizes.

Chafarizes e Zeladores: a associação é responsável por 20 chafarizes que funcionam com algumas irregularidades no abastecimento de água, contudo 2 dos quais estão totalmente inoperantes. Ainda não construíram novos fontanários e cada é gerido por um zelador. A monitoria destas infraestruturas é feita pela direcção que faz uma visita todos os sábados e convida os zeladores a reunirem-se uma vez por semana também. Durante este processo, os maiores problemas com que a associação se depara é a falta de água, pouca pressão e o elevado nível de reclamações que advêm dessa situação. Isto também contribui para que a AR tenha que organizar a abertura dos fontanários por zonas. Assim, as pessoas da zona x só conseguem recolher água às segundas-feiras, enquanto que os residentes da zona y só o podem fazer às terças e os da zona z só às quartas, etc.

Modelo de gestão financeira: tendo em conta que a AR começou a operacionalizar já em Abril de 2012, o modelo de gestão a que estão sujeitos foi sempre o mesmo – o da EPAL. Como este não contempla uma percentagem para a ACA é muito provável que o sistema de cotas tenha sido implementado . Só assim se explicaria a capacidade da associação fazer a manutenção dos fontanários (como pintura, reposição de torneiras, avaria nas válvulas,etc) e comprar material didático e para o escritório.

Como era de esperar, a sustentabilidade financeira desta ACA está gravemente em risco. Uma vez que em nenhuma altura da sua existência o modelo financeiro contribuiu para a angariação de fundos através do lucro da venda de água, a associação não foi capaz de reforçar o seu orçamento para alcançar na totalidade a sua missão. Como indica o entrevistado, para realizar todas as actividades que a AR se propôs realizar, seria necessário ter acesso a uma renda mensal de 100,000 Kwz.

**Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz
(água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹⁶**

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 Kz POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	58,800 Kz (75%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	-
Zelador	19,600 Kz (25%)	19,600 Kz (25%)
Cotas (22 mem/300kz)	-	-
Total	78,400 Kz	78,400 Kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? Sem dúvida que o modelo financeiro, como indica o entrevistado. Contudo, um aspecto interessante a salientar da entrevista é o de que aparentemente uma mudança neste modelo de percentagens pudesse vir a gerar uma reacção negativa por parte dos zeladores que trabalham para a AR – no sentido em que provavelmente sentem que no futuro o valor do seu ‘estímulo’ viesse a ser reduzido para colmatar a situação de falta de fundos direccionado para a ACA.

¹⁶ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

PERFIL #7: **ASS. COMUNITÁRIA ÁGUA É VIDA (ACAV)**

MUNICÍPIO:	Cazenga	COMUNA:	Hoji-ya-Henda
BAIRRO:	11 de Novembro (s.13/14)	NR. HABITANTES:	12,000
NR DE CHAFARIZES:	12	NR DE LIG. DOM. EPAL:	Sem info
NR. DE MEMBROS ORIGEM:	12	NR. MEMBROS 2013:	12
ENTREVISTADO:	José Veríssimo da Costa Jr.	Coordenador	

Á semelhança da ACA supra mencionada, também a ACAV foi constituída em 2012, a 17 de Abril. De todas as associações entrevistadas esta foi a única onde o presidente era uma mulher, neste caso, Maria Manuel (doméstica). O entrevistado foi Garcia Monteiro, actual tesoureiro, enfermeiro de profissão.

Número de filiados: o número de associados manteve-se o mesmo, sendo que fazem parte da ACAV 12 indivíduos.

Missão da ACAV: O objectivo central é o de dar resposta às dificuldades vividas no sector da água e saneamento básico.

Reconhecimento institucional: De momento a associação ainda não obteve reconhecimento legal, porque, de acordo com o entrevistado, ainda não elaborou o seu próprio estatuto (dependendo do elaborado pela DW). Uma vez não tendo reconhecimento legal, também ainda não foi possível abrir uma conta bancária.

Principais actividades: para materializar a sua missão, a ACAV vende água a preços mais razoáveis, faz campanhas de limpeza, e organiza palestras nas escolas, igrejas e nos próprios chafarizes sobre os cuidados a ter com a água para prevenir e evitar doenças de origem hídrica.

Maiores desafios: a este nível os problemas maiores com que a associação se depara são ao nível das falhas constantes de água, o facto de por vezes a sua qualidade ser bastante reduzida podendo inclusivé chegar aos chafarizes suja. Outro ponto interessante, foi ao nível da reacção que a própria população tem face à ACAV – muitos residentes continuam ainda a pensar que esta organização é de índole política e está associada a algum partido.

Estratégia para o futuro: no futuro, a ACAV quer vir a adquirir a sua própria sede, aumentar o número dos seus associados de base e passar a ser uma associação nacional.

Relação Institucional com outras entidades: Ao nível da Autoridade Local, as relações parecem ser boas, contudo o mesmo não se pode dizer da EPAL. A este nível, a ACAV aponta que a empresa não tem cumprido com as suas responsabilidades, não só porque não abastece o bairro com a quantidade e regularidade desejada e porque demora a resolver problemas técnicos (o que faz com que a associação tenha que recorrer a privados para os solucionar mais rapidamente).

Chafarizes e Zeladores: desde a sua constituição que a ACAV continua a ser responsável pelo mesmo

número de chafarizes – 12, sendo que apenas 1 deles não está operacional. Como se pode ver pelo número de associados, só há um zelador por chafariz.

Modelo de gestão financeira: à semelhança da associação AR, também esta nunca teve a oportunidade de experimentar um modelo financeiro diferente do currentemente utilizado – o da EPAL. Tendo em conta que o modelo não contempla uma percentagem para a ACA, é muito provável que o sistema de cotas tenha sido implementado. Só assim se explicaria a capacidade da associação para comprar papel, comprar torneiras e mesmo dar apoio social quando alguém no bairro está doente ou tem uma emergência.

Tabela 2 Hipótese – CENÁRIO IDEAL Possível Lucro de 1 Chafariz (água corre todos os dias do mês e todos os membros pagam as cotas)¹⁷

MÊS DE FEVEREIRO 2013 (28 DIAS) = 2.800 Kz POR DIA (DW)*

	2002	2013
	<i>Modelo Associativismo (LUPP)</i>	<i>Modelo Comercial (EPAL)</i>
EPAL	23,520 Kz (30%)	58,800 Kz (75%)
Autoridade Local	7,840 Kz (10%)	-
ACA	7,840 Kz (10%)	-
Fundo Manutenção do Chafariz	19,600 Kz (25%)	-
Zelador	19,600 Kz (25%)	19,600 kz (25%)
Cotas (22 mem/300kz)	-	-
Total	78,400 kz	78,400 kz

*Média de lucro por chafariz em condições ideais.

O que está a impedir a sustentabilidade futura da associação? Como mencionado pelo entrevistado, o modelo. Neste, a ACA não se revê como um parceiro da EPAL e impossibilita a associação de aumentar o número de actividades que procuram organizar, bem como incidência no bairro.

¹⁷ Variáveis a ter em conta: água nem sempre corre todos os dias e quando corre a quantidade varia, e nem todos os membros pagam as cotas.

ANEXO 2: PERFIL DOS ZELADORES ENTREVISTADOS

	LOCAL DO CHAFARIZ	G.	IDADE	PROFISSÃO PRINCIPAL	SER ZELADOR(A), PORQUÊ?	DESDE QUANDO?	RENDA MENSAL	HORÁRIO DE TRABALHO	RESPONSABILIDADES	BIDÕES/DIA	MAIOR PROB. DO CHAFARIZ
1	Augusto Ngangula	M	52	Comerciante	Ajudar o povo	5 anos	25%	6am – 5pm	Nenhuma	60 a 70	Falta de sombra
2	Augusto Ngangula	M	37	Doméstica	Desempregada e para ter o que comer	2 meses	3,500 Kwz	6am – 4.30pm	Vender água	50	Avarias nas torneiras
3	Augusto Ngangula	M	27	Comerciante	Para ajudar o povo	3 meses	4,500 Kwz	6am – 4.30pm	Vender água	40 a 50*	i) Falta de sombra ii) Mangueira não tem condições e desperdiça muita água no chão
4	Combustível	M	32	Doméstica	Gosta de conviver com as pessoas	5 anos	8,000 Kwz	6am – 3pm	Atendimento ao consumidor	100 e 120	Falta de água
5	Comandante Bula	M	42	Doméstica	Para ajudar o povo	6 anos	8,000 Kwz	6am – 6pm	Aconselhar os consumidores sobre como tratar a água e comportamentos higiénicos	120 – 150	i) Torneiras estragadas ii) Falta de sombra iii) Muita falta de água
6	Ngola Kiluanje	H	22	Zelador	Gosta de trabalhar com e para a comunidade	3 anos	6,000 Kwz	7am – 12pm	Gestão do chafariz	Não tem nr fixo	Não tem qualquer problema
7	Ngola Kiluanje	M	23	Comerciante	Falta de pessoas para cuidar do chafariz	3 anos	1,500 Kwz	6am – 11am	Vende água e atende o consumidor	500*	i) Falta de respeito para com a zeladora ii) Torneiras partidas iii) esgotos danificados iv) Falta de sombra
8	Moxico	M	20	Estudante	Para trabalhar com a comunidade	1 ano	Sábs e Doms.	6am – 8pm	Controlar o fontanário	200 – 300	i) Pouca pressão da água ii) Torneiras estragadas
9	Moxico	M	18	Estudante	Para se sentir motivada e ajudar a comunidade	3 anos	Sábs e Doms.	7am – 5.30pm	Atende e quando não há movimento faz os trabalhos de casa	100 – 120	Pouca pressão da água
10	11 de Novembro	H	22	Músico e estudante	Por sugestão da família pois sabe ler e escrever	1 ano	25%	6am – 5pm	Organizar o chafariz e atender as pessoas	Não sabe	Irregularidade do abastecimento de água
11	11 de Novembro	M	28	Zeladora	Para conviver com as pessoas	7 meses	25%	6am – 3pm/6pm	Manter o chafariz limpo e atender as pessoas	Não sabe	Irregularidade do abastecimento de água

* VARIA

ANEXO 3: QUESTIONÁRIO ACAS

Dados Pessoais do Entrevistado:

Nome: F ____ / M ____

Nome de Associação:

Município: Comuna:

Cargo que ocupa: Desde quando:

Porque se candidatou para ser Presidente?

Qual a sua profissão principal: Contacto:

1. Informação geral sobre a Associação

1.1 Origens	1.1.1. Em que ano foi fundada?		
	1.1.2. Teve origem em algum programa de ONG?		
	1.1.2.1 Sim <input type="checkbox"/> Qual?		
	1.1.2.2 Não <input type="checkbox"/> Então foi com o apoio de quem?		
1.2. Porque se decidiu fundar/constituir esta Associação?			
1.3. Quem foi o seu primeiro presidente? E qual era a sua profissão principal?			
1.4. Número de membros:	Ano de origem:		2013:
1.5. Quais são os objectivos principais/qual a missão da Associação?			
1.6. Qual é a estrutura da organização e como são recrutados os seus membros?			
1.7. Esta ACA tem reconhecimento legal?	1.7.2 Sim <input type="checkbox"/> 1.7.2.1. Em que ano foi adquirido? 1.7.2.2. Esse estatuto trouxe benefícios à ACA? Quais? 1.7.3 Não <input type="checkbox"/> - Porquê?		
1.8. Esta ACA tem regulamento interno?	1.8.1. Sim <input type="checkbox"/> 1.8.2. Não <input type="checkbox"/> - Porquê?		
1.9. Esta ACA tem conta bancária?	1.8.1. Sim <input type="checkbox"/>		

	1.8.2. Não <input type="checkbox"/> - Porquê?	
1.10. Que tipo de actividades desenvolvem?		
1.11. Quais têm sido os desafios da Associação durante o seu mandato?		
1.12. Qual é a estratégia futura da Associação durante o seu mandato?		
2. Capacidade de negociação:		
2.1. Como é a relação com as autoridades locais ... (e porquê? Dê exemplo) E com a EPAL? (e porquê? Dê exemplo)	a. Boas b. Assim assim c. Péssimas a. Boas b. Assim assim c. Péssimas	
2.2. Onde tem havido mais problemas com:	EPAL:	Autoridades Locais:
3.3. O que podia ser melhorado em ambas as situações:		
3.4. Acha que a relação da ACA com EPAL e AL aumentou a capacidade de negociação dos cidadãos do bairro?	3.4.1. Sim <input type="checkbox"/> - Como/em que medida? 3.4.2. Não <input type="checkbox"/> - Porquê?	
4. Monitoria dos Comités de Água		
4.1. Quantos novos comités de água a vossa associação ajudou a criar desde a inauguração da ACA?		
4.2. Como é que a ACA faz a monitoria dos comités de água?		
4.3. Quais os problemas mais encontrados neste processo?		
5. Recuperação dos Custos		
5.1. Qual o modelo que usam? (no	_____ % fica com a ACA	_____ % fica com a EPAL

<p>final do mês qual é a percentagem de dinheiro que fica....)</p>	<p>_____ % fica com a Autoridade Local _____ % fica com o Comité de Água</p> <p>5.1.1. Este modelo de % sempre foi o mesmo?</p> <p>5.1.1.1. Sim <input type="checkbox"/></p> <p>5.1.1.2 Não <input type="checkbox"/> Como era antes?</p>
<p>5.2. Em que áreas dentro dos objectivos da ACA é usada essa percentagem?</p>	
<p>5.3. Esse dinheiro que fica com a ACA é suficiente para a sua sobrevivência? Porquê? Quanto mais precisava para assegurar sua sustentabilidade?</p>	<p>5.1.1.1. Sim <input type="checkbox"/></p> <p>5.1.1.2 Não <input type="checkbox"/> Como era antes?</p>
<p>5.2 Em 2012 quais foram os maiores problemas financeiros da associação?</p>	
<p>5.5. Na sua opinião acha que este modelo de % tem sido o melhor para o crescimento e consolidação da ACA?</p>	<p>5.5.1. Sim <input type="checkbox"/> Quais são os aspectos positivos?</p> <p>5.5.2. Não <input type="checkbox"/> Porquê?</p>
<p>5.6. Acha que esta ACA poderia crescer mais e ser mais forte? Se sim, o que é que acha que está a impedir o crescimento da ACA? (o modelo de gestão de fundos, a sua (i)legalidade?...outros?... porquê?)</p>	
6. ACA como agentes de desenvolvimento local	
<p>6.1. Que outras actividades (para além do abastecimento de água) promove esta ACA no seu bairro?</p>	

Entrevista de campo nr. _____ Entrevistador: _____
Data da Entrevista: ___/___/___ Hora da Entrevista: ____:____

****GUIÃO PARA CONVERSA INFORMAL COM ZELADORES****

1. Local do chafariz:
2. Nome do Zelador:
3. Idade:
4. Profissão (para além de zelador):
5. Há quanto tempo é zelador?
6. Porque decidiu se tornar zelador?
7. Mais ou menos, quanto é pago por mês? _____ Kwz
8. A ACA paga a horas?
9. Qual é o horário que faz no fontanário?
10. O que faz durante esse tempo?
11. Quantos bidões de água dá por dia? _____ E quanto custa cada bidão? _____
12. Qual o maior problema deste chafariz? Ou problemas..

Entrevista de campo nr. _____ Entrevistador: _____
Data da Entrevista: ___/___/___ Hora da Entrevista: ____:____

****GUIÃO PARA CONVERSA INFORMAL COM CONSUMIDORES****

1. Desde que horas está aqui à espera de água?
2. Em geral quantas horas espera por água todos os dias? _____ E quanta água recolhe por dia? _____
3. Quais são os principais problemas deste chafariz?
4. Dá-se bem com o zelador? Porquê?
5. Conhece a Associação dos Comités de Água?
 - 5.1. O que acha do seu trabalho?
 - 5.2. Como é que a sua actividade tem melhorado a situação da água?

BIBLIOGRAFIA

Cain, A., M. Mulenga.2009. *Estudo “Water Service Provision for the Peri-urban poor in Post-conflict Angola”*

Development Workshop. 1999. *Estudo “Community Consultation & Willingness to pay for basic water services”*

Development Workshop. 2008. *Estudo “Avaliação da disposição e capacidade dos beneficiários para pagar”*

Development Workshop. 2011. *Estudo “Participação das Mulheres na Gestão Comunitária de Água e Saneamento nos Municípios de Cacuaco e Viana”*

World Bank. 2008. *Project Appraisal Document on a Proposed Credit in the Amount of SDR 35 million (US\$57.0 Million Equivalent) to the Republic of Angola for the Water Sector Institutional Development Project*. Report No: 42864-A0, June 26.